FERNANDO GASPAR NEISSER

**A responsabilidade subjetiva na improbidade administrativa:
Um debate pela perspectiva penal**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Alamiro Velludo Salvador Netto

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

FERNANDO GASPAR NEISSER

**A responsabilidade subjetiva na improbidade administrativa:
Um debate pela perspectiva penal**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação do Professor Titular Alamiro Velludo Salvador Netto.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Neisser, Fernando Gaspar

A responsabilidade subjetiva na improbidade administrativa: Um debate pela perspectiva penal / Fernando Gaspar Neisser; orientador Alamiro Velludo Salvador Netto -- São Paulo, 2018.
313 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Improbidade Administrativa. 2. Imputação subjetiva. 3. Dolo e culpa. 4. Má-fé. 5. Modelo intermediário. I. Salvador Netto, Alamiro Velludo, orient.
II. Título.

RESUMO

A pesquisa parte do diagnóstico de que a corrupção é um conceito polissêmico, cujos contornos tornam difícil seu tratamento pelo Direito. No Brasil, optou-se por promover seu enfrentamento, dentre outras formas, pela ação de improbidade administrativa. O Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento segundo o qual exige-se a identificação do elemento subjetivo da ação para imputação, o que abriu o debate sobre de qual dolo e culpa se fala. Depois de refutar a possibilidade de que o injusto da improbidade administrativa deva ser considerado Direito Administrativo Sancionador, a tese expõe como o Direito Penal e o Direito Civil desenvolveram seus conceitos próprios de injusto, responsabilização, dolo e culpa. Elaborando sobre a solução construída em países da tradição jurídica da Common Law, de um modelo intermediário a ser aplicado aos casos civis com caráter punitivo, justifica-se a possibilidade de seu encaixe nos países da tradição jurídica da Civil Law. A elaboração do modelo intermediário próprio da improbidade administrativa passa, em seguida, pela identificação das âncoras metodológicas que o aproximam de cada um dos modelos paradigmáticos, do Direito Penal e do Direito Civil. Avalia-se, assim, a questão sob a óptica da definição dada pelo legislador, da natureza do injusto, do tipo e finalidade das penas previstas na lei e do estigma que elas ocasionam nos sujeitos submetidos a sua aplicação. Conclui-se que o modelo intermediário deve ser mais próximo do Direito Penal, com pontos de flexibilização em direção ao Direito Civil. Com estes pressupostos, sugere-se as características que a imputação subjetiva deve ter na improbidade administrativa, ressaltando o papel que o elemento intelectual do dolo assume, em detrimento do elemento volitivo. Aborda-se as questões relativas ao dever de conhecimento do agente público, de como se lhe atribui tal conhecimento e as consequências de sua delegação, inclusive sob a perspectiva da teoria da cegueira deliberada. A má-fé é analisada como elemento externo ao dolo, equivalente à consciência da antijuridicidade, sendo exigência para a imputação, uma vez que não se há de reconhecer improbidade sem desonestidade. A modalidade culposa de improbidade é objeto de investigação, reconhecendo-se que apenas a culpa grave autoriza a imputação, dado que a lei de improbidade administrativa não se presta a efetuar o controle da qualidade da gestão pública, mas da honestidade dos agentes públicos.

PALAVRAS-CHAVE: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IMPUTAÇÃO SUBJETIVA. DOLO. CULPA. MÁ-FÉ. MODELO INTERMEDIÁRIO.

ABSTRACT

The research starts from the diagnosis that corruption is a polysemic concept, whose contours make it difficult to treat it by law. In Brazil, it was decided to promote its confrontation, among other forms, by the action of administrative improbity. The Superior Court of Justice pacified an understanding according to which it is required to identify the subjective element of the action for imputation, which opened the debate on which kind of *mens rea* is necessary. After refuting the possibility that the administrative improbity should be treated under the paradigm of Administrative Sanctioning Law, the thesis exposes how Criminal Law and Civil Law have developed their own concepts of unfairness, accountability, fraud and guilt. Drawing on the solution built in countries of the Common Law legal tradition, of a middle ground model to be applied to civil cases with a punitive character, the possibility of its fitting in the countries of the Civil Law legal tradition is justified. The elaboration of the middle ground model for the administrative improbity passes then through the identification of the methodological anchors that fix it closer to each of the paradigmatic models, Criminal Law and Civil Law. The question is thus assessed in terms of the definition given by the legislator, the nature of the unjust, the type and purpose of the penalties provided for in the law and the stigma they cause in the subjects submitted to its application. It is concluded that the middle ground model should be closer to the Criminal Law, with flexibility points towards Civil Law. With these assumptions, it is suggested the characteristics that the subjective imputation should have in the administrative improbity, emphasizing the role that the intellectual element of the *mens rea* takes, to the detriment of the volitive element. It addresses questions about the public agent's duty to know, how he is credited with such knowledge, and the consequences of its delegation, even from the perspective of the theory of willful blindness. Bad faith is analyzed as an external element of the *mens rea*, equivalent to the conscience of antijuridicity, being a requirement for imputation, since it is not possible to recognize improbity without dishonesty. The culpable modality of improbity is then subject of investigation, recognizing that only gross guilt authorizes imputation, since the law of administrative improbity does not intend to control the quality of public management, but the honesty of public agents.

KEY WORDS: ADMINISTRATIVE IMPROBITY. SUBJECTIVE IMPUTATION. MENS REA. BAD FAITH. MIDDLE GROUND MODEL.

RESUMEN

La presente investigación arranca del supuesto de que el concepto de corrupción es polisémico, cuya amplitud dificulta su tratamiento por el Derecho. Brasil ha elegido enfrentarse al tema, entre otras formas, por vía de la acción de improbidad administrativa. El Superior Tribunal de Justicia ha firmado la interpretación de que es exigible identificar el elemento subjetivo de la acción para imputación de responsabilidad. Ello ha impulsado el debate sobre de qué dolo y culpa se habla. Tras rechazar la posibilidad de que el injusto de la improbidad administrativa deba ser considerado Derecho Administrativo Sancionador, la tesis expone como el Derecho Penal y el Derecho civil desarrollaron sus conceptos propios de injusto, responsabilidad, dolo e imprudencia. Partiendo de la solución adoptada en países de la tradición jurídica anglosajona (Common Law), de un modelo intermedio a ser aplicado a los casos civiles con carácter punitivo, la tesis busca justificar la posibilidad de su adaptación a los países de la tradición jurídica continental (Civil Law). En efecto, elaborar un modelo intermedio de la improbidad administrativa exige, a continuación, identificar las llaves metodológicas que aproximan a cada uno de los modelos paradigmáticos – del Derecho Penal y del Derecho Civil -. Así, se evalúa la cuestión desde el punto de vista de la definición legislativa, de la naturaleza del injusto, del tipo y finalidad de las penas previstas en la ley y del estigma que ocasionan en los sujetos sometidos a su aplicación. Finalmente, se concluye que el modelo intermedio debe ser más cercano al Derecho Penal, con puntos de flexibilización hacia el Derecho civil. A partir de estos presupuestos, se sugieren las características que debe tener la imputación subjetiva en la improbidad administrativa. En este punto, se destaca el papel que adopta el elemento intelectual del dolo, en perjuicio del elemento volitivo. Se analizan las cuestiones relativas al deber de conocimiento del agente público, de cómo se le atribuye tal conocimiento y las consecuencias de su delegación, incluso bajo la perspectiva de la teoría de la ceguera deliberada. La mala fe es analizada como elemento externo al dolo, equivalente a la conciencia de la antijuridicidad, y como exigencia para la imputación, pues no se deberá reconocer improbidad sin deshonestidad. La modalidad imprudente de improbidad es objeto de investigación, reconociendo que sólo la imprudencia grave autoriza la imputación, haya vista que en la ley de improbidad administrativa no se halla el control de la calidad de la gestión pública, sino de la honestidad de los agentes públicos.

PALABRAS CLAVE: IMPROBIDAD ADMINISTRATIVA. IMPUTACIÓN SUBJETIVA. DOLO. IMPRUDENCIA. MALA FE. MODELO INTERMEDIO.

RÉSUMÉ

La recherche part du diagnostic selon lequel la corruption est un concept polysémique dont les contours rendent difficile son traitement par le droit. Au Brésil, le choix qui a été mis en avant a été celui de la combattre entre autres par l'action de improbité administrative. Le Tribunal Supérieur de Justice a établi que soit exigée l'identification de l'aspect subjectif de l'action pour son imputation, ce qui a ouvert un débat sur la nature du dol et de la faute. Après avoir réfuté l'hypothèse selon laquelle le caractère injuste de l'improbité administrative devrait être considéré comme relevant d'un droit administratif répressif, la thèse présente la manière dont le droit pénal et le droit civil ont développé leurs propres conceptions de l'injuste, de la responsabilisation, de l'intention et de la faute. À partir de la solution élaborée dans les pays de la Common Law, celle d'un modèle intermédiaire destiné à être appliqué au cas civils à caractère punitif, est justifiée la possibilité de son implantation dans les pays de la tradition juridique de la Civil Law. L'élaboration du modèle intermédiaire spécifique à l'improbité administrative passe dès lors par l'identification des fondements méthodologiques qui rapprochent celui-ci de chacun des modèles paradigmatiques, le droit pénal et le droit civil. Cela permet ainsi d'examiner la question selon le point de vue de la définition que donne le législateur de la nature de l'injuste, du type et de la finalité des peines prévues par la loi et des stigmates que celles-ci occasionnent sur les individus soumis à leur application. On parvient à la conclusion que le modèle intermédiaire doit être plus proche du Droit pénal avec des inflexions dans le sens du Droit civil. À partir de ces présupposés, il est possible de proposer des caractéristiques nécessaires à l'imputation subjective quant à l'improbité administrative, tout en soulignant le rôle que l'aspect intellectuel du dol joue au détriment de l'aspect volitif. Sont abordées les questions relatives au devoir de connaissance de l'agent public, à la manière dont lui est attribuée cette connaissance et aux conséquences de cette délégation, y compris selon la perspective de la théorie de la cécité délibérée. La mauvaise foi est analysée comme un élément externe du dol, qui équivaut à la conscience de l'anti-juridicité, en tant qu'exigence pour l'imputation, dans la mesure où il n'est pas d'improbité sans malhonnêteté. L'aspect fautif de l'improbité fait l'objet de recherche, alors qu'il est reconnu que seule la faute grave autorise l'imputation, dans la mesure où la loi d'improbité administrative ne permet pas d'effectuer le contrôle de qualité de la gestion publique, mais de l'honnêteté des agents publics.

MOTS-CLEFS: IMPROBITÉ ADMINISTRATIVE. IMPUTATION SUBJECTIVE. DOL. FAUTE. MAUVAISE FOI. MODÈLE INTERMÉDIAIRE.

Ao Marcelo, filho amado, quem mais sentiu
com as ausências que uma tese traz.

“Para começar, a corrupção é intencional. O dever político envolvido é percebido, mas negligenciado ou mal aplicado por razões mais tacanhas do que aquelas que o Estado pretende. O não cumprimento de um dever não é necessariamente corrupto; pode ser devido a ineficiência simples. O agente público corrupto deve conhecer o melhor e escolher o pior; o funcionário ineficiente não conhece nada melhor. Em ambos os casos, as circunstâncias externas podem parecer muito semelhantes, e os resultados imediatos podem ser igualmente prejudiciais”.

BROOKS, Robert. C. The Nature of Political Corruption, 1909.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA RESPOSTA NÃO PENAL AO PROBLEMA DA CORRUPÇÃO.....	25
1.1. A dificuldade em conceituar a corrupção	25
1.2. A corrupção como conceito pré-iluminista e a dificuldade de sua análise sob o Estado de Direito	30
1.3. A evolução do debate doutrinário sobre a corrupção	35
1.4. Corrupção e o princípio constitucional da moralidade	46
1.4.1. Os riscos do pamprinciologismo e a segurança jurídica	51
1.5. A improbidade administrativa na Constituição e a aprovação da Lei nº 8.429/92	54
1.5.1. A fundamentação constitucional da improbidade e o problema da violação ao princípio do <i>ne bis in idem</i>	59
1.6. O elemento subjetivo na improbidade administrativa.....	63
1.6.1. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao elemento subjetivo na improbidade administrativa e sua fundamentação teórica.....	68
2. INJUSTO, RESPONSABILIDADE E IMPUTAÇÃO SUBJETIVA.....	77
2.1. Causalidade e responsabilidade	78
2.2. Responsabilidade e imputação	84
2.3. A distinção entre injusto penal e civil a partir do debate alemão no século XIX	87
2.4. Injusto, Direito Penal Administrativo e Direito Administrativo Sancionador..	94
2.5. A imputação subjetiva no Direito Penal e o princípio da culpabilidade.....	105
2.5.1. A evolução histórica do conceito de dolo: do Direito Romano ao finalismo	109

2.5.2. A evolução histórica do conceito de dolo: o funcionalismo teleológico de Claus Roxin e o funcionalismo sistêmico de Günther Jakobs	118
2.5.3. A evolução histórica do conceito de dolo: as recentes contribuições ao tema e as propostas delas derivadas	123
2.6. A imputação subjetiva no Direito Civil	132
3. A IMPUTAÇÃO SUBJETIVA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UM MODELO INTERMEDIÁRIO ENTRE O DIREITO PENAL E O DIREITO CIVIL	141
3.1. As sanções civis punitivas e o modelo intermediário no sistema anglo-saxão .	144
3.2. A possibilidade de encaixe de um modelo intermediário na tradição jurídica da Europa continental	152
3.2.1. Aportes da jurisprudência e modelos intermediários	153
3.2.2. Aportes da doutrina e modelos intermediários	157
3.3. A estipulação de critérios de ancoragem: em qual ponto da régua deve estar a imputação subjetiva na improbidade administrativa?	166
3.3.1 Ancoragem em razão do juízo competente e do tipo de procedimento: a definição do legislador	167
3.3.2. Ancoragem em razão da natureza do injusto.....	173
3.3.3. Ancoragem em razão do tipo de pena prevista e da finalidade buscada com a sanção	180
3.3.4. Ancoragem em razão do estigma ocasionado pela aplicação da sanção	195
3.4. A ancoragem penal como instrumento de garantia: manifestação do ius puniendi do Estado	203
4. A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE IMPUTAÇÃO SUBJETIVA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	205
4.1. A âncora da imputação subjetiva penal e seus elementos irreduzíveis x a necessidade de flexibilização rumo ao Direito Civil	205
4.2. O dolo na improbidade administrativa	207

4.2.1. O dever de conhecimento do agente público na improbidade administrativa: conhecimento especial e posição de garante.....	215
4.2.2. Atribuição de conhecimento, delegação do conhecimento e cegueira deliberada	225
4.2.3. O problema da má-fé na improbidade administrativa.....	238
4.3. A culpa na improbidade administrativa	242
CONCLUSÕES.....	253
REFERÊNCIAS.....	267

INTRODUÇÃO

Ainda que o fenômeno da corrupção acompanhe a humanidade desde seus primórdios¹, seu enfrentamento vem assumindo ao longo das últimas décadas, no Brasil e alhures, status de cruzada institucional. Ministério Público, Poder Judiciário, órgãos de controle interno e externo da Administração Pública, Organizações Não-Governamentais, imprensa²; não há ator relevante na sociedade civil que não esgrime a luta contra o desvio de recursos públicos como prioridade essencial para a superação de parte substancial das mazelas que ainda afligem o país.

Inicialmente, vale definir de onde se parte ao tratar o tema da corrupção³. O debate é extenso na doutrina e não parece ter chegado a conclusões definitivas. Pode-se compreender o fenômeno sob a ótica da desigualdade de condições que cria entre cidadãos, atribuindo a alguns uma maior fatia na alocação de recursos do Estado, em detrimento daqueles que não logram obter a mesma influência. A matéria, assim, se imbricaria com o a própria noção de princípio da igualdade⁴.

Outro modo de ver a questão, mais raso, reduz a corrupção à norma positiva, aduzindo serem atos corruptos aqueles que as leis assim o determinarem. Peca esta visão por abrir mão de tentar encontrar um conceito material que permita afirmar, independentemente do ordenamento positivo, quais atos ou condutas podem ser consideradas corruptas.

Pondera-se ser melhor, para os limites propostos, ainda à guisa de introdução, tomar a corrupção como fenômeno multifacetado, indeterminável em termos das condutas que

¹ BRIOSCHI, Carlo Alberto. **Corruption: A Short History**. Tradução de Antony Shugaar. Washington: The Brookings Institution Press, 2017, pp. 21-80.

² Sobre o controle social da corrupção, ver: BOTELHO, Ana Cristina Melo de Pontes. **Corrupção Política: Uma Patologia Social**. Belo Horizonte: Fórum, 2010, pp. 182-201.

³ “[...] ‘Corruption’ is a term whose meaning shifts with the speaker (...) I use the common definition of corruption as the ‘misuse of public power for private or political gain’, recognizing that ‘misuse’ must be defined in terms of some standard [...]”. ROSE-ACKERMAN, Susan. Governance and corruption. In: LOMBORG, Bjørn (Ed.). **Global Crises, Global Solutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 301.

⁴ “[...] The linkage between corruption and inequality – either in income or before the law – points to a weakness in traditional arguments about corruption. Corruption reflects more than legal prescriptions. While hardly free of difficulties, the conception of corruption that I find most compelling is malfeasance (which I use interchangeably with ‘corruption’) as the absence of transparency [...]”. USLANER, Eric M. **Corruption, Inequality and the Rule of Law**. New York: Cambridge University Press, 2008, p. 8.

podem ser praticadas⁵, mas que geralmente se consubstancia em uma troca⁶, na qual a prestação e a contraprestação avençadas envolvem, de um lado, um benefício privado, pecuniário ou não, de outro, algum desvio na consecução de uma política pública.

Afasta-se de antemão, assim, o debate sobre a corrupção estritamente privada; entendida como aquela que se pratica sem a participação, direta ou indireta, de algum agente público ou, ainda, aquela cujas vantagens que se pretende obter são exclusivamente privadas.

No Brasil, como parte da estratégia de combate à corrupção, foi aprovada a Lei nº 8.429/92. De lá para cá, a improbidade administrativa tornou-se, especialmente nos últimos anos, tema de debates não apenas acadêmicos, espalhando-se na imprensa e, com maior força, no Poder Judiciário. Levantamento conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça em 2013 apontou a existência de mais de vinte e cinco mil processos de improbidade administrativa, tramitando nos mais diversos tribunais brasileiros àquele momento⁷. A mesma matéria dá conta que as ações de improbidade administrativa superam as ações penais sobre o mesmo tema em razão superior ao dobro.

O recente interesse pelo tema certamente foi impulsionado pela aprovação da Lei Complementar nº 135/10, alterando a redação original da Lei Complementar nº 64/90, que trata das inelegibilidades. Alcinhada “Lei da Ficha Limpa”, a nova legislação passou a

⁵ Trazendo um bom rol de condutas corruptas, cabe ressaltar a análise de Jaime Cárdenas: “[...] El dinero tiene una influencia destacada en materia político-electoral, por eso, los partidos y candidatos, sin excepción, suelen estar dispuestos a casi todo con el propósito de obtener los recursos financieros necesarios para hacer frente a las campañas, incluso llegan a comprometerse a pagar con favores una vez lleguen al poder [...]” e, mais adiante “[as formas de pagar esses favores são variadas] y dependen de las circunstancias y de la naturaleza del arreglo negociado en su momento. En algunos casos estos compromisos comportan un dar o un hacer; en otros, por el contrario, constituyen un no hacer o abstenerse. En algunos casos significan dar apoyo o ‘hacer la vista gorda’, protegiendo de este modo actividades o sujetos que están en la ilegalidad; en otras ocasiones implican adoptar una política determinada a favor de tal o cual grupo de presión o interés. Así se puede pagar con la promoción de determinadas leyes o reformas legales, políticas públicas, contratos públicos, impulsar desde el gobierno políticas a favor de otra nación o grupo de interés, eximir a sectores económicos del pago de impuestos, proteger industrias mediante la vía fiscal, no tomando acciones en contra de determinados sectores, etcétera [...]”. CÁRDENAS, Jaime. Cinco propuestas en materia electoral. In: ACKERMAN, John M. **Elecciones 2012: En busca de equidad y legalidad**. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, Serie Doctrina Jurídica, n. 589, 2011, p. 39.

⁶ Fazendo a leitura sob a ótica da troca e atribuindo o nome de suborno ao financiamento político, vê-se as colocações de Bruno Speck: “[...] há, finalmente, uma terceira preocupação referente à integridade do representante eleito. Este, como qualquer outro ocupante de um cargo público, como parlamentar ou governante, poderá se envolver em arranjos corruptos, favorecendo aqueles que aportaram recursos para suas campanhas. O financiamento político assumiria o papel de um suborno [...]”. SPECK, Bruno Wilhelm. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. In: FLEISCHER, David et al. **Reforma Política: Agora vai?** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Cadernos Adenauer IV, n. 2, 2005, p. 146-147.

⁷ Conforme matéria veiculada pelo Jornal do Brasil. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/04/15/corruptao-cnj-divulga-pesquisa-sobre-andamento-de-aco-es-no-pais/>>. Acesso em 16.10.2014.

prever prazos largos de inelegibilidade decorrentes de condenações colegiadas por certos atos de improbidade administrativa.

O texto legal destacou a importância da correta identificação do elemento subjetivo no ato de improbidade administrativa, na medida em que exigiu, para configuração da inelegibilidade, que a condenação tenha decorrido de “[...] *ato doloso de improbidade administrativa* [...]”⁸. Exigência semelhante foi imposta para que se reconheça a inelegibilidade decorrente da rejeição de contas dos agentes públicos pelos Tribunais de Contas. Prevê a norma trazida em 2010 que serão inelegíveis aqueles que tenham tido suas contas rejeitadas, “*por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa*”⁹.

Assim, percebe-se que o tema está na ordem do dia, sendo não apenas útil como imprescindível que a Academia ofereça contornos seguros, balizas precisas que autorizem melhor aplicar a lei das improbidades administrativas. Em consequência, chega-se a uma melhor organização dos meios de combate à corrupção, evitando ou reduzindo a chance de que decisões pouco fundamentadas sejam proferidas em processos judiciais e permaneçam, por esta razão, anos nos tribunais, até eventual reforma pelos tribunais superiores. Ponto essencial para que o controle da corrupção atinja melhores resultados é sua eficiência, o que somente pode ser atingido com alguma uniformidade de entendimentos, de modo a evitar anulações e prescrições que acalentam e reforçam a sensação de impunidade na sociedade.

Afinal, se a corrupção é fundamentalmente marcada por aquele *quid pro quo* antes mencionado, a troca de uma coisa por outra, parece pouco provável tê-la como um ilícito que independe da aferição e constatação do elemento subjetivo que move seu agente. Assim é que os tipos penais que abarcam condutas tidas por corruptas na linguagem vulgar

⁸ Conforme art. 1º, inciso I, alínea I: “Art. 1º São inelegíveis: I - para qualquer cargo: I) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena”. BRASIL. Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato). Brasília, 04.06.2010.

⁹ Conforme art. 1º, inciso I, alínea I: “Art. 1º São inelegíveis: I - para qualquer cargo: g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;”. BRASIL. Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.

(corrupção ativa e passiva, concussão, peculato, etc.) não prescindem da identificação do dolo na sua prática, sendo a ínfima exceção o crime culposos nesta seara¹⁰.

Questão diversa chegou a ocorrer, contudo, nas ações por ato de improbidade administrativa, nas quais até ao menos 2006 não se exigia a aferição do elemento subjetivo para sua configuração. Tratar-se-ia, segundo se ponderava, indubitavelmente, de resposta cível a um ilícito, tendo em vista a ausência de previsão de pena privativa de liberdade e a atribuição de competência jurisdicional às varas cíveis - ou da Fazenda Pública, quando existentes - para seu processamento e julgamento.

Contudo, a gravidade das sanções previstas no artigo 12 da referida lei escapa em muito às costumeiramente previstas para os ilícitos cíveis em geral. Ao tradicional ressarcimento do dano, tido pela doutrina e jurisprudência como mera recomposição do *status quo ante*, somam-se a perda de cargo, função ou mandato; a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais e creditícios; multas que atingem muitas vezes o valor do dano apurado e, a mais grave; a suspensão de direitos políticos por prazos que chegam a oito anos.

Se é certo que a marca diferenciadora mais proeminente do Direito Penal é a possibilidade da imposição da sanção privativa de liberdade, não é menos correto observar que os diversos mecanismos de desencarceramento implantados desde ao menos a Lei Federal nº 9.099/95 e, principalmente, com a Lei Federal nº 9.714/98 culminaram na brusca redução da aplicação deste tipo de pena em crimes não violentos. Daí porque se pode considerar, ao menos em análise ainda superficial, que a dicotomia perde força na prática, o que obriga o cientista do Direito a buscar caminhos mais firmes para apoiar a diversidade de tratamento.

Afastando-se o tipo de pena como critério de diferenciação, salta aos olhos a semelhança típica entre os tipos penais e aqueles previstos nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/92, o que apontaria, tendo por base um critério material e não formal, para uma necessária similitude de tratamento.

Estes dois motivos contribuíram para que, em 2006, o Superior Tribunal de Justiça firmasse posição no sentido da exigência da aferição do elemento subjetivo para condenação por ato de improbidade administrativa. Enquanto os tipos dos artigos 9º e 11 somente

¹⁰ A exceção a confirmar a regra é o peculato culposos, quando a negligência do agente público permite a prática do peculato doloso por outrem, previsto nos parágrafos 2º e 3º do art. 312 do Código Penal.

admitiriam persecução quando identificado o dolo na atuação do agente, o tipo do artigo 10 abrangeria, também, a condenação pela conduta culposa¹¹.

A partir deste entendimento, contudo, o que se viu na prática foi uma multiplicidade de decisões contraditórias e imprecisas, do ponto de vista técnico, especialmente nos tribunais estaduais (Justiça Comum) e regionais (Justiça Federal). Por um lado, há decisões que afirmam a ocorrência do dolo, sob o argumento de que o agente, ocupante de determinado cargo público, tinha a obrigação de evitar atos de corrupção no interior da máquina pública, como um garant¹². De outra banda, vê-se ainda decisões que simplesmente ignoram a posição firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, assentando, por exemplo, que “[...] *lesão a princípios administrativos contidos no art. 11 da Lei nº 8.429/92 não exige dolo ou culpa na conduta do agente nem prova da lesão ao erário público [...]*”, já que “[...] *basta a simples ilicitude ou imoralidade administrativa para restar configurado o ato de improbidade [...]*”¹³.

Ante este cenário, a tese busca construir um critério de aferição do elemento subjetivo nas ações por ato de improbidade administrativa. Em outras palavras, pretende-se delinear uma teoria da imputação subjetiva que responda às demandas dogmáticas e operativas na área. Para tanto, inicialmente serão expostos os pressupostos gerais dos quais parte o trabalho, focando-se na corrupção e, a partir da tentativa de captar seu conceito, explanando o subsistema sancionatório das improbidades administrativas que o Brasil incorporou ao seu ordenamento jurídico no bojo da ideia de luta contra a corrupção.

Mais adiante, no segundo capítulo, são expostos os fundamentos, origens e desenvolvimento das teorias da imputação subjetiva no Direito Penal e no Direito Civil, respectivamente para os ilícitos previstos em cada seara, de modo a identificar quais os principais traços que as caracterizam no atual momento do desenvolvimento científico.

No terceiro capítulo, aponta-se que a mera transposição de algum dos modelos de imputação subjetiva – do Direito Penal e do Direito Civil – não é admissível, sendo

¹¹ A posição foi firmada em julgamento relatado pelo Ministro Teori Zavascki, atualmente membro do Supremo Tribunal Federal, noticiada no site do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=98879>. Acesso em 15 out. 2014.

¹² Desta linha de entendimento aponta-se como exemplo: BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação Cível nº 0003222-55.2009.8.26.0197, da 8ª Câmara de Direito Público, rel. pelo Des. Manoel Ribeiro, julgado em 09.04.2014.

¹³ Conforme acórdão do mesmo tribunal: BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação Cível nº 0000015-58.2009.8.26.0420, da 3ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Camargo Pereira, julgado em 29.04.2014.

necessário construir um novo modelo intermediário. A tradição jurídica da *Common Law* oferece um modelo intermediário, lá denominado *middle ground jurisprudence*, voltado aos casos em que, apesar de rotuladas de civis, as leis impõem sanções de caráter punitivo que excedem o caráter ressarcitório.

Propõe-se, então, um debate metodológico, no qual se busca eleger um critério que justifique a escolha de uma âncora para a teoria da imputação subjetiva que será construída para a improbidade administrativa, na formatação de seu modelo intermediário próprio. Diante da preexistência de dois paradigmas – o penal e o civil -, há que se tomar um deles como alicerce sobre o qual erigir o produto deste estudo.

No capítulo subsequente, quando são apresentadas as estruturas e características da teoria da imputação subjetiva na improbidade administrativa, faz-se necessário levar em conta que um dos intuitos da instituição do regime das improbidades administrativas foi exatamente o de facilitar a imputação de resultados de atos de corrupção aos agentes ativos e passivos desta modalidade de delitos.

Deste modo, ainda que se considere pertinente a aproximação dos conceitos de dolo e culpa da improbidade administrativa aos seus consentâneos penais, exatamente com a função de âncora acima mencionada, hipótese da qual se parte, forçoso avançar para a elaboração de critérios de mitigação da rigidez de alguns elementos destes conceitos do Direito Penal, de modo que a finalidade da norma instituidora das improbidades administrativas seja atingida.

Dito de outro modo, se for igualmente trabalhoso superar o critério de imputação subjetiva para constatar a ocorrência dos ilícitos no âmbito penal e de improbidade administrativa, deixa de fazer sentido a cumulação de subsistemas sancionatórios. Por esta razão é que se pondera necessário verificar, dentre os elementos constituidores dos conceitos de dolo e culpa, no âmbito penal, quais podem ser mitigados e em qual medida, com o intuito de formatar um modelo de imputação que seja eficiente, mas sem deixar de respeitar princípios caros ao Estado Democrático de Direito.

Impõe-se metodologicamente, como baliza a cercar o objeto da tese, uma atenção mais intensa na figura do dolo, reservando-se para a culpa uma análise menos vertical, especialmente em razão do protagonismo que o primeiro ocupa na aplicação da Lei nº 8.429/92. Ademais, o foco centra-se na imputação direcionada às pessoas físicas – agentes públicos ou terceiros -, sem estender a investigação para a seara da responsabilidade da

pessoa jurídica no âmbito da improbidade administrativa ou do combate à corrupção em geral¹⁴.

Uma leitura que se poderia fazer é a que aproxima a improbidade administrativa da ideia de um Código de Conduta dos Agentes Públicos. Em decorrência desta opção teórica, seria sustentável defender a similitude da persecução por ato de improbidade administrativa ao de um regime disciplinar de sancionamento de agentes públicos, com a peculiaridade de ser jurisdicionalizado.

Esta forma de encarar o fenômeno acarretaria, contudo, uma exacerbação das condutas que podem configurar improbidade administrativa, levando-se a sancionar como improbidade os atos de mera má-gestão, ineficiência ou descuido.

Tal compreensão do fenômeno jurídico desconsideraria a pesada carga simbólica que uma condenação por improbidade administrativa ganhou no Brasil nos últimos anos, o estigma que acarreta. Afinal, permanecem plenamente vigentes e atuantes as instâncias menos gravosas de persecução, como a administrativa, no âmbito interno disciplinar, e a puramente cível, relativa ao ressarcimento de danos.

A caracterização da improbidade administrativa há de ser configurada para delitos que tragam em si uma carga de reprovabilidade social maior do que o mero erro administrativo. Se, como dito anteriormente, a improbidade administrativa é ferramenta de combate à corrupção, deve-se limitar sua aplicação exclusivamente aos atos corruptos, sob risco, por um lado, de uma banalização do conceito e, de outro, de que reputações sejam permanentemente tisonadas de forma desproporcional.

Estes os traços gerais da tese, que se compreende tratar de contribuição original à ciência jurídica brasileira, buscando a construção de uma teoria da imputação subjetiva das improbidades administrativas que tenha por fundamento a Teoria do Delito e suas nuances, respeitando o compromisso que a produção acadêmica há de ter com o Estado de Direito e as garantias fundamentais.

¹⁴ Para uma análise detalhada dos novos mecanismos de combate à corrupção com foco na pessoa jurídica, ver: HEINEN, Juliano. **Comentário à Lei Anticorrupção**: Lei nº 12.846/2013. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

CONCLUSÕES

Capítulo 1

1. O estudo da improbidade administrativa demanda lançar um olhar jurídico à corrupção, que representa uma ou várias condutas contra os quais há de se formular uma norma ou conjunto de normas destinadas ao seu enfrentamento. Havendo uma pretensão nitidamente sancionatória, a tarefa exige que se possa descrever com exatidão quais as condutas que se deseja evitar ou, quando cometidas, apenar.
2. Improbidade e corrupção, ainda que não sejam termos sinônimos, guardam intensa relação entre si, não apenas na doutrina brasileira, mas internacional, entendendo-se a probidade como um estado de ausência de corrupção.
3. A principal causa da dificuldade do Direito em lidar com a corrupção advém de sua origem pré-Iluminista, permeada pelo debate moral, o que faz com que quem pratica a corrupção seja igualado ao pecador, a alguém possuído por uma índole má, de onde sua punição não guardaria correlação com o ato praticado, mas com sua predisposição à prática criminosa.
4. Ao longo dos últimos vinte a trinta anos, impulsionado pelo interesse dedicado ao tema por diversas instituições e organismos internacionais, o debate acerca da corrupção paulatinamente tornou-se mais homogêneo. Aos poucos, estudos empíricos no campo da economia desmontaram as teorias advindas do funcionalismo sociológico, dos supostos benefícios advindos da corrupção.
5. São elementos essenciais para a definição da corrupção: a existência de uma vantagem indevida, não necessariamente financeira; que ao menos um agente público esteja envolvido; que os interesses próprios deste agente tenham sido perseguidos, em detrimento do interesse público, e; que este agente detenha competência funcional para praticar ou deixar de praticar o ato em questão.
6. A Constituição Federal institui um regime sancionatório próprio para a improbidade administrativa, conduta que desafia a moralidade administrativa. Esta, por seu lado, constitui uma modalidade própria de moralidade, diversa daquela que permeia a sociedade como um todo, vinculando os agentes públicos a um dever de agir com honestidade, atentos à finalidade pública de seus atos.

7. Na falta de uma orientação precisa quanto ao que a Constituição Federal pretendeu dizer por “moralidade administrativa” ou “improbidade”, a tentação é quase irrefreável para que se preencha os conceitos com valores subjetivos, tornando pública a moralidade que é apenas do julgador. Para escapar dos riscos do pamprinciologismo, há que se cobrar uma justificação adequada das decisões judiciais, especialmente daquelas que afastam texto expresso de norma ou que aplicam princípios dando-lhes uma força normativa própria.
8. A improbidade administrativa, prevista na Constituição Federal, foi tratada por legislação específica com o advento da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, depois de passar por longos debates, tanto na Assembleia Nacional Constituinte, quanto no decorrer do processo legislativo, sendo possível perceber que jamais houve consenso ou uniformidade acerca da natureza do instituto, se civil ou penal.
9. A coexistência dos regimes sancionatórios do Direito Penal e da improbidade administrativa, aplicáveis aos mesmos fatos, viola princípios dos mais mezinhos, acarretando indevido ônus ao acusado, que se vê forçado a defender-se em múltiplas frentes, sem qualquer garantia de que o êxito em uma delas impedirá a continuidade das perseguições.
10. Ao longo dos mais de vinte e cinco anos de vigência da Lei nº 8.429/92, diversas foram as matérias que suscitaram dúvida e debate, na doutrina e jurisprudência. Dá-se aqui especial relevo ao debate concernente à necessidade de delimitação do elemento subjetivo na prática do ato de improbidade administrativa. A dúvida decorreu do defeituoso texto legal, que deixou de explicitar, em cada uma das formas típicas de atos de improbidade administrativa, a necessidade de identificação do elemento subjetivo e de qual modalidade se fala.
11. Depois de idas e vindas no posicionamento jurisprudencial, o STJ firmou entendimento quanto à necessidade de apuração do elemento subjetivo da conduta para a ocorrência de ato de improbidade administrativa. O conceito de dolo adotado abrange as modalidades direta e indireta, ou seja, a vontade consciente de praticar determinada conduta, apta a produzir os resultados previstos no tipo, ou a concordância com o fato de que tais resultados sejam atingidos, quando o autor deveria saber que isso ocorreria.
12. O atual paradigma do conceito de dolo da improbidade administrativa peca em dois momentos e por razões opostas. Permanecendo a exigência de um intuito maléfico

na atuação do agente, eleva-se o grau de decisionismo e incerteza dos provimentos jurisdicionais, uma vez que se busca nos primórdios da Teoria do Delito algo assemelhado ao *dolus malus*, um dolo intencional superado há tempos pela doutrina.

13. De outro lado, excluindo-se a o elemento volitivo e dando prevalência a um elemento cognitivo - esfumado por uma presunção que decorreria da posição de agente público -, o conceito chega próximo do ponto de onde se queria afastar, da responsabilidade objetiva. Cria-se, na prática, uma posição absoluta de garante, sem previsão legal, que seria inerente a todo agente público, algo que o compromisso com uma visão garantista no âmbito do direito sancionador repele com veemência.

Capítulo 2

14. a definição de dolo adotada pelo Superior Tribunal de Justiça para as ações de improbidade administrativa apresenta incongruências que a tornam, a um só tempo, excessivamente abrangente – permitindo que se vislumbre dolo em situações nas quais o elemento cognitivo é presumido - e pouco operativa – na medida em que a invocação de um necessário *animus* por parte do agente lança ao subjetivismo a tomada de decisão judicial.
15. A razão principal pela qual essas deficiências campeiam é a falta de organicidade e tecnicidade quando da construção do subsistema ao qual está inserida a improbidade administrativa. Sem uma ponderação científica quanto ao direito que circunda o tema da improbidade administrativa, as necessidades tópicas e casuísticas de resposta acabam sendo atendidas com soluções *ad hoc*, partes desconexas que, mal-ajambradas, não resistem ao teste da coerência.
16. A causalidade que importa ao raciocínio conduzido é apreendida em seu aspecto normativo, não fático, já que os juristas, ao analisarem a causalidade, não se limitam a verificar a conexão fática decorrente de uma investigação empírica, mas realizam considerações de política jurídica para decidir se o resultado, factualmente ligado à ação do demandado, pode a ele ser atribuído.
17. A imputação não é um conceito ontológico; não se trata de uma característica da ação que deriva de sua própria natureza. É, ao revés, um juízo de atribuição, eminentemente normativo.

18. Nada obstante permaneça o debate acerca da possibilidade ou não de distinção material entre modalidades de injusto – civil ou penal -, é certo que a doutrina majoritária se firmou no sentido de que na primeira o foco recai sobre o dano causado, sobre o resultado da conduta, enquanto na segunda consolidou-se o entendimento de que é imprescindível ponderar sobre o vínculo subjetivo que une o agente com a conduta.
19. A improbidade administrativa não pode ser compreendida como manifestação do Direito Administrativo Sancionador por três motivos principais:
 - a. Não há fundamento sólido para quebrar a premissa teórica segundo a qual a distinção formal mais consolidada entre o ilícito penal e o ilícito administrativo é o órgão que apura os fatos, conhece do processo e aplica a sanção; o Poder Judiciário no primeiro e a Administração no segundo.
 - b. Em decorrência do primeiro ponto, a natureza da sanção difere entre ambos os modelos, eis que a sanção judicial e a sanção administrativa, normativamente tomadas, tem finalidades diversas.
 - c. No Direito Penal a figura protagonista da imputação subjetiva é o dolo, enquanto no Direito Administrativo Sancionador a culpa ocupa este papel.
20. Dolo, assim como culpa, não é um conceito ontológico, haurido da realidade e que, portanto, uma vez definitivamente “descoberto”, encerra-se a tarefa da dogmática. Ao contrário, ambos são conceitos normativos; formulados, não encontrados; construídos e imaginados, não descortinados.
21. O dolo visto como maldade, o *dolus malus* que o neokantismo formulara com a incorporação do dolo à consciência da antijuridicidade, sofre contundente crítica com o advento do finalismo, corrente teórica que tem por precursores nomes como HELLMUTH VON WEBER e GRAF ZU DOHNA, mas que obtém coerência sistemática e organização com o trabalho do então jovem HANS WELZEL. A dogmática penal de então, no início dos anos 30 do século XX, abandonara o naturalismo da teoria clássica e mergulhara no normativismo axiológico do neokantismo.
22. As críticas direcionadas à visão ontológica do finalismo caminham em diferentes vertentes, tendo como alguns de seus maiores formuladores CLAUS ROXIN e GÜNTHER JAKOBS.

23. ROXIN parte da definição então consolidada de dolo, que reúne o conhecimento e a vontade em relação a todos os elementos do tipo, mas a ela acrescenta o elemento teleológico que caracteriza seu pensamento. Assim, há dolo quando se tem uma decisão do agente em favor da lesão dos bens jurídicos protegidos.
24. JAKOBS desenvolve sua teoria sob a perspectiva de um funcionalismo sistêmico, que toma por missão do Direito Penal assegurar, acima de tudo, a vigência da norma. Se todos os elementos da teoria do delito devem ser ressignificados de modo a contribuir para que as expectativas sociais sejam mantidas e que a norma permaneça íntegra, também o dolo passará por essa transformação. Sob o ponto de vista prático, agudiza-se a normatização do conceito de dolo, não apenas no que toca à vontade, como fizera ROXIN, mas também quanto ao aspecto cognitivo. Por esta razão é que, no conceito de dolo sugerido por JAKOBS, os conhecimentos atuais – efetivos – do autor não tem qualquer importância, já que o relevo é dado à exigência de uma fidelidade ao Direito, conceito estritamente normativo.
25. O cerne da teoria de RAGUÉS I VALLÈS acerca do dolo passapela construção das regras de atribuição de conhecimento. Em primeiro lugar, seria possível considerar que todas as pessoas, pelo mero fato de existirem na sociedade, são detentoras de conhecimentos mínimos que superam a questão das ausências irracionais de representação. A segunda regra implica admitir que se há provas de que um determinado conhecimento foi transmitido ao sujeito em momento pretérito, é de se admitir, inexistente prova em sentido contrário, que ele ainda o detinha no momento da conduta típica. Também se pode reconhecer a existência de um conhecimento se, em algum momento, a pessoa exteriorizou que o detinha. Por fim, de maior importância para o tema em debate, há características pessoais do sujeito que são fontes de atribuição de conhecimentos, como o local em que vive ou trabalha, a profissão que exerce, a formação que teve, dentre outros.
26. Para LORENA VARELA, para o reconhecimento do dolo basta que o sujeito tenha conhecimento de que sua conduta implica um perigo de causação do resultado típico, enquanto na culpa é preciso que seja previsível – subjetivamente – que seu comportamento seja perigoso, previsibilidade esta que não o faz mudar de rumo, seguindo com a ação. Este conhecimento de que se trata, por outro lado, não é normatizado, mas reflete as limitações cognitivas do próprio sujeito. Assim, pode-se falar em dolo em três hipóteses. A primeira, quando se tem conhecimento pleno,

- violando o dever de evitar a realização do tipo penal; exemplo prototípico do dolo direto. A segunda, quando há conhecimento incerto sobre o que pode ocorrer, havendo a violação do dever de se abster de agir em caso de dúvida quanto à possível realização de um tipo penal; o dolo eventual. E, por fim, quando há “cegueira provocada”, hipótese em que o sujeito se coloca propositalmente em um estado defeituoso de conhecimento, em uma situação na qual ele teria o dever de conhecer.
27. A culpa civil dialoga com a ideia de elemento subjetivo no Direito Penal, emprestando conceitos como reprovabilidade social e consciência da ilicitude. Em contraposição, o direcionamento do foco da responsabilidade civil para a vítima e o dano sofrido faz com que seja menos relevante indagar acerca da intensidade deste elemento. Desta fundamental diferença nasce a agregação das figuras do dolo e da culpa em um único elemento subjetivo, a culpa civil.

Capítulo 3

28. A mera transposição de algum dos modelos de imputação subjetiva – do Direito Penal e do Direito Civil – não é admissível, sendo necessário construir um novo modelo intermediário. A tradição jurídica da *Common Law* oferece um modelo intermediário voltado aos casos em que, apesar de rotuladas de civis, as leis impõem sanções de caráter punitivo que excedem o caráter ressarcitório.
29. A ideia de um sistema intermediário entre o Direito Penal e o Direito Civil, reservado às sanções civis punitivas, não é um modelo fechado, um terceiro paradigma, fixo, com regras de atribuição de responsabilidade e imputação, nível de exigência de prova e normas procedimentais padronizado. Ao contrário, a mudança sugerida passa por enxergar a régua que transita entre os dois modelos paradigmáticos como um contínuo, no qual as zonas cinzentas que subsistem no interregno são reconhecidas como tal e a elas busca-se atribuir o conjunto de garantias mais adequado. Como uma nova forma de enxergar esse aspecto do fenômeno jurídico, as sanções civis punitivas – com o plexo de garantias que vier a ser construído com base em cada realidade específica – permitem lidar mais adequada e proporcionalmente com situações que têm se multiplicado.
30. Entendimentos firmados por tribunais de países europeus e construções doutrinárias de autores como WINFRIED HASSEMER e JESÚS-MARÍA SILVA SÁNCHEZ

apontam para a possibilidade de adoção de modelos intermediários na tradição jurídica da *Civil Law*.

31. A construção de um modelo intermediário para a improbidade administrativa exige a fixação dos critérios de ancoragem do modelo ou, em outras palavras, a verificação de qual paradigma – o do Direito Penal ou do Direito Civil – deve se sobressair. Em primeiro lugar, há que se levar em conta a vontade do legislador e, portanto, a forma que à norma optou-se por dar. Em seguida, lançar olhos ao injusto, avaliando sua natureza, e, posteriormente, à pena, não apenas em relação à sua modalidade, mas especialmente no que toca às finalidades buscadas com sua aplicação e ao estigma que ocasiona em quem a sofre.
32. O Supremo Tribunal Federal afirmou que a natureza da ação de improbidade não é penal, mas civil. Em relação ao primeiro critério de ancoragem, mesmo diante da falta de clareza dos textos constitucional e legal, é de se reconhecer a natureza civil que o constituinte e o legislador pretenderam dar à matéria.
33. Sob a perspectiva de um conceito formal de injusto, as infrações estatuídas na Lei nº 8.429/92 podem ser consideradas como de natureza criminal. Isso porque o legislador também as definiu, em outro momento, como ilícitos criminais, se não com as mesmas palavras, de modo similar o suficiente para que se possa fazer a equiparação.
34. Ainda sob uma perspectiva forma, o grau de detalhamento das condutas na improbidade administrativa aponta que não se está diante de uma norma genérica civil, decorrente do princípio do *neminem laedere*. Ao contrário, a estrutura descritiva – com o uso de um verbo para delinear a ação e seus correspondentes elementos – aponta para a fórmula da tipicidade no Direito Penal.
35. Quanto aos tipos de pena previstos na Lei nº 8.429/92, percebe-se sua notória correspondência com aquelas que são próprias, no Brasil, ao Direito Penal, bem como seu distanciamento da prática vista no Direito Civil. Se não se pode dizer que todas as sanções criminais encontram paralelo no caso das improbidades administrativas, em razão da ausência de previsão da pena privativa de liberdade, em sentido contrário há plena correlação: determinação do ressarcimento dos danos, perda de bens objeto do ilícito, multa, proibição de exercer direitos, perda de cargo ou mandato, suspensão de direitos políticos e inelegibilidade – todas as sanções vinculadas às improbidades administrativas – podem ser aplicadas em uma ação penal.

36. No que toca aos objetivos pretendidos com a aplicação das sanções na improbidade administrativa, eles passam ao largo da mera reparação de danos, característica do Direito Civil. O que se busca, longe de qualquer dúvida, é a punição, entendida de forma ampla e abarcando as mais diversas finalidades atribuídas à pena no âmbito do Direito Penal. As sanções previstas na Lei nº 8.429/92, por qualquer aspecto que se as analise, recomendam uma aproximação maior com o paradigma do Direito Penal. Seja em função do tipo de pena previsto em abstrato ou pelas finalidades perseguidas, o modelo tem poucos pontos de contato com o Direito Civil, ladeando-se, ao revés, com a sistemática própria do Direito Penal.
37. Não há método objetivo para medir o estigma decorrente de determinada condenação. Contudo, há indícios claros de que, ao menos aos olhos da sociedade, “crime” e “improbidade” são termos que ostentam praticamente o mesmo caráter infamante, já que a corrupção é compreendida como inerentemente perversa, *mala in se*, enquanto os primeiros podem ser considerados *mala prohibita*. Assim, é indiscutível que a sociedade, com maior ou menor razão, direciona àqueles acusados da prática de corrupção um estigma comparável àquele que acompanha os condenados pelos mais graves crimes, independentemente de se saber se a via na qual ocorreu a acusação e eventual condenação foi criminal ou por ação de improbidade administrativa.
38. Crime e improbidade são fenômenos jurídicos impressionantemente próximos. Assim, as âncoras fincadas fazem concluir que o modelo intermediário da improbidade administrativa há de estar tão próximo quanto possível daquele próprio do Direito Penal. Ambos os sistemas representam manifestações do *ius puniendi* do Estado, à diferença do que ocorre com o Direito Civil.

Capítulo 4

39. A ancoragem do modelo intermediário em ponto mais próximo ao Direito Penal representa a adoção de um conjunto de garantias do qual não se pode abrir mão em um Estado Democrático de Direito. Seria perversa a interpretação segundo a qual a mera mudança de rótulo – de Direito Penal para Direito Civil – autorizasse o Estado a punir sem a observância de um núcleo mínimo de elementos, dos quais os conceitos de dolo e culpa fazem parte.

40. Não se pode admitir qualquer construção que abra a possibilidade de uma presunção – ainda que relativa – de que o agente obrou com dolo ou culpa. A carga da prova não se inverte em nenhuma hipótese, ao contrário do que se admite, em diversas situações, no Direito Civil. Sendo o dolo ou a culpa elementos do tipo da improbidade – a depender da modalidade – sua prova sempre recairá sobre quem maneja a ação. A afirmação cabe não apenas no dolo, mas também na culpa; não só para as condutas comissivas, mas também para as omissivas.
41. Para as improbidades administrativas não incide, por analogia, a regra legislativa do art. 18, I, do Código Penal, segundo o qual o dolo apenas ocorre quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo. Assim, se o legislador do Código Penal, à luz da doutrina prevalecente à época, optou pela adoção de um conceito de dolo eminentemente volitivo, tal circunstância não implica em uma necessária transposição para outros ramos sancionatórios.
42. Mais apropriada à realidade da improbidade administrativa é uma concepção de dolo que assume que não é necessária a intenção de causar a outro um dano ou prejuízo, bastando que se infrinja, de maneira consciente e voluntária, um dever jurídico que pesa sobre quem atua.
43. Não se pode admitir, sob hipótese alguma, que se presuma dolo em decorrência da mera violação normativa. Da violação objetiva da norma não exsurge, como algo dado na natureza, que a conduta tenha sido praticada com o conhecimento desta circunstância. Pensar de forma distinta leva não apenas à banalização da aplicação da Lei nº 8.429/92, com a consequente redução de seu poder comunicativo e em vulneração dos direitos e garantias dos acusados, mas significa o ocaso do dever de motivação da decisão judicial condenatória.
44. A passagem do dolo genérico à lesividade *in re ipsa* e desta ao dolo *in re ipsa*, entendimento adotado pelo STJ, representa a pura e simples negação do dolo como elemento subjetivo necessário à configuração da improbidade. Sem expor com clareza o que se quer, responsabiliza-se objetivamente o agente, sob a aparência de aceitação da exigência do dolo.
45. Outra linha de raciocínio que implica burla ao requisito do dolo lança foco na ideia de lesividade *in re ipsa* em casos nos quais o dano ao erário não foi demonstrado, tampouco o dolo pôde ser presumido. Desloca-se a questão para a norma do art. 10

- da Lei nº 8.429/92, imputando-se a improbidade a título de culpa, ante a negligência do agente. Tal compreensão deve ser afastada pelo princípio da não-contradição.
46. O ponto de equilíbrio deve vir da ideia do agir consciente, do elemento intelectual do dolo. Aqui há de residir o cerne do dolo na improbidade administrativa, o conhecimento de todos os elementos do tipo, bem como a consciência de que, ao agir de determinado modo, viola-se a norma proibitiva.
47. A exigência de que o sujeito conheça as circunstâncias concretas da conduta e saiba que ao prosseguir com sua ação ou permanecer em omissão, comete a improbidade, não se confunde com o mero conhecimento das normas legais e constitucionais que regulam, genérica ou especificamente, as atividades da administração pública.
48. A falta de representação de um aspecto da realidade ou sua apreensão em discrepância com a realidade significam, ao fim e ao cabo, que o agente não detinha, ao momento dos fatos, o conhecimento exigido para a imputação do dolo. A transposição destes institutos, com a devida matização, do Direito Penal para a órbita da improbidade administrativa é não apenas possível, mas plenamente justificável ante o modelo intermediário proposto. Uma das circunstâncias que objetivamente podem limitar ou condicionar uma conduta é falta de disponibilidade de informação precisa sobre aquilo acerca do qual deve haver decisão.
49. Ainda que se possa reprovar aquele que infringe um dever de conhecimento, não se pode dar o salto de presumir o dolo apenas em razão deste descumprimento. O descuido ou desleixo que se reconhece daquele que, devendo conhecer certo conjunto de informações, deixa de fazê-lo e, posteriormente, comete de modo inconsciente um fato típico, encontra-se no campo da culpa; trata-se de negligência ou, no limite, de imprudência, mas jamais de dolo.
50. A grande dificuldade que se coloca está na interpretação dos limites materiais da responsabilidade advinda da infração aos deveres positivos do garante de vigilância. Ao contrário da responsabilidade que recai sobre o cidadão comum que viola seu dever negativo de se abster de lesar bens jurídicos alheios – *neminem ledere* –, a infringência ao dever positivo de vigiar os bens jurídicos de quem ocupa uma posição especial – como o agente público – não acarreta, *de per se*, a imputação do resultado lesivo decorrente da conduta de terceiro. O agente público não é, apenas por sua condição, corresponsável por todo e qualquer ato de improbidade administrativa que

ocorra no seio da administração, mesmo que praticadas em áreas afetas ao seu poder hierárquico.

51. O conhecimento que alguém detinha a tempo da realização de uma conduta não é possível de ser aferido de modo empírico, sendo apenas passível de atribuição, o que pode se dar por uma de quatro formas:
- a. A mera vida em sociedade permite deduzir que cada indivíduo dispõe de conhecimentos mínimos, atribuíveis a qualquer “pessoa normal”. A normalidade aqui, equivale à imputabilidade. Afastar este conjunto de conhecimentos mínimos é ônus da parte que alega o desconhecimento.
 - b. A atribuição pode decorrer da transmissão prévia de conhecimento, que há de ter sido realizada de modo a mitigar as falhas naturais da memória, aumentando a possibilidade de permanência daqueles conteúdos que se mostram mais gravosos e cuja atribuição ao sujeito pode conduzir ao reconhecimento do dolo.
 - c. Também se pode reconhecer a existência de um conhecimento se, em algum momento, a pessoa exteriorizou que o detinha. A exteriorização pode ter ocorrido antes, durante ou depois da realização da conduta, sendo que, se ocorreu em momento pretérito, podem incidir sobre o caso as mesmas limitações mnemônicas destacadas quando se tratou da aquisição prévia de conhecimento. Não há maiores dificuldades em atribuir o conhecimento se o autor, por manifestação direta, afirmou que estava consciente dos fatos e circunstâncias. Mais comum, contudo, será buscar deduzir a existência do conhecimento a partir de “atos conclusivos” de exteriorização, dos quais se exige sejam inequívocos.
 - d. Por fim, reconhece-se características pessoais do sujeito que são fontes de atribuição de conhecimentos. Como regra de atribuição, ausente prova clara em sentido contrário, somente se pode assumir que o sujeito conhecia – em decorrência de uma característica pessoal – aquelas informações consideradas o mínimo necessário para que detivesse a respectiva característica.
 - i. O fato de alguém ser agente público ou empresário em ramo comercial que contrata com a Administração Pública, não é uma senha que permite colar ao sujeito toda gama de conhecimentos, técnicos e

específicos, já que as experiências que devem ser analisadas são aquelas específicas do sujeito em relação ao qual se apura a possibilidade de atribuição do conhecimento.

- ii. O argumento moral segundo o qual há uma obrigação de todo aquele que busca um cargo público, de obter conhecimento técnico de gestão, é não apenas limitado ao próprio campo da moral, como permite entrever uma visão elitista sobre o exercício do poder político. Em uma Democracia, as únicas exigências aceitáveis para a assunção a um cargo eletivo, além da obtenção dos votos necessários de seus pares, são aquelas previstas na Constituição Federal e na legislação eleitoral
52. Em uma sociedade que se torna cada vez mais complexa, com estruturas burocrático-administrativas que a acompanham, paulatinamente o conhecimento necessário para bem executar cada função torna-se mais intrincado e restrito. Assim, de modo mais ou menos frequente, as pessoas que são responsáveis por determinadas tarefas delegam a obtenção de tais conhecimentos a terceiras pessoas e confiam, dali em diante, naquilo que elas lhes comuniquem.
53. Não desperta dúvida a situação em que a informação produzida corresponde à realidade e ao conhecimento técnico disponível pelo seu responsável. Nesta hipótese, caso o agente público delegante não acolha as conclusões e não obtenha outro conjunto de informações de fonte igualmente fidedigna, é possível reconhecer o dolo em sua conduta.
54. Situação mais relevante tem-se quando a informação dirigida ao agente público delegante não condiz com a realidade. Aqui, não se poderá imputar ao delegante o conhecimento necessário para o dolo.
55. Hipótese distinta ocorre quando, sob a escusa de promover mera delegação regular do dever de conhecimento, o agente público, em verdade, pretende distanciar-se propositalmente do fato ímprobo, ao evitar que o conhecimento sobre um ou mais de seus elementos e circunstâncias chegue a si. Trata-se aqui da noção de cegueira deliberada ou ignorância deliberada, cujos critérios para que se possa atribuir o dolo são, simultaneamente: que fosse possível vencer ou evitar o desconhecimento quanto aos elementos do tipo; que o agente saiba que tinha o dever de se manter capaz de

sofrer a imputação; além, naturalmente, que detivesse o conhecimento geral do dever de se abster do cometimento da conduta típica.

56. A má-fé não constitui elemento do dolo, sendo desnecessário, para sua configuração, a identificação de um intuito específico quando da prática da conduta típica. Nada obstante, conquanto não integre o dolo, a má-fé é condição para a adequada imputação da improbidade administrativa ao sujeito, reportando-se, como equivalente funcional, ao conceito de consciência da antijuridicidade. Este requisito posta-se ao lado do dolo, sem com ele se confundir, mas também como condição sem a qual não se pode falar em configuração da improbidade administrativa.
57. Ainda que haja pontos de aproximação, como a noção de que um comportamento exigível do agente foi descumprido, a culpa para o Direito Penal há de ser demonstrada com o mesmo grau de certeza que o dolo, sendo ambos elementos da imputação subjetiva. Daí porque, ao contrário do que ocorre no Direito Civil, no Direito Penal a mera posição de garantia e a ocorrência do dano não satisfazem a necessidade de demonstração de que, em concreto, havia capacidade de evitar o resultado, a possibilidade de o impedir por parte do omitente.
58. A conjugação da construção do dano *in re ipso* com a adoção do conceito civil de culpa, em que a mera negligência com um dever de cuidado – por vezes presumida – faz nascer a obrigação de indenizar, permite que as duras sanções da improbidade administrativa e o estigma delas decorrente recaiam indistintamente sobre agentes públicos que não se mostram merecedores de pena. A opção hermenêutica atualmente chancelada pelo STJ permite que a Lei nº 8.429/92 seja utilizada para aferir a boa gestão pública, finalidade à qual jamais deveria se destinar tal norma, essencialmente punitiva e estigmatizante.
59. Se a má-fé for considerada como elemento distinto do dolo e sempre exigível, qualquer que seja a modalidade de improbidade de que se trate, preserva-se de forma coerente o norte de aplicação da Lei nº 8.429/92, reservando-a àqueles que demonstram inaceitável descompasso com o compromisso assumido de bem tratar a coisa pública. É possível compatibilizar a exigência de má-fé nos casos de improbidade culposa ao se analisar a questão sob a luz da dicotomia do Direito Penal entre culpa consciente e culpa inconsciente.
60. Pode-se efetuar a ligação que autoriza o reconhecimento da improbidade culposa apenas nos casos de culpa consciente, quando o autor tinha o dever de conhecer o

risco envolvido, o conheceu efetivamente, mas prosseguiu em sua atuação, demonstrando o despreço em relação aos seus deveres como agente público, acreditando que não chegaria a causar a lesão ao erário.

61. Quando ocorrer o dano ao erário por conduta realizada com culpa inconsciente, é possível a responsabilização civil. Tem-se a improcedência do pedido do autor no que toca à declaração da ocorrência de ato de improbidade administrativa, mas julga-se procedente a parte relativa à determinação da recomposição do erário público. Sendo absolutamente distintas as questões – e por não ser propriamente pena o ressarcimento, como já se disse -, nada obsta a adoção desta solução, que preserva o interesse público, sem sacrificar a compreensão democrática que se deve ter do direito sancionatório.
62. A Lei nº 8.429/92, conforme visto neste item, não ocupa no ordenamento a posição de um código de boa conduta da Administração Pública, uma vez que não deve ser vista como instrumento pedagógico para os agentes públicos e aqueles que contratam com o Poder Público. Sua força punitiva e estigmatizante há de ser reservada àqueles agentes que, munidos de má-fé e despreço com seus deveres de probidade, agirem de forma dolosa ou culposa, neste último caso apenas quando houver dano ao erário

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, John M. **Elecciones 2012**: En busca de equidad y legalidad. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, Serie Doctrina Jurídica, n. 589, 2011.

AEDO BARRENA, Cristián. El concepto de culpa aquiliana y su evolución en las últimas décadas. Distintas teorías. *Revista de Derecho – Universidad Católica del Norte*, V. 21, N. 2014, pp. 21-59.

AGOSTINHO, Santo. **The City of God**. Tradução de John Healey. Edimburgo: John Grant, 1909.

AHN, Woo-Kyoung; BAIENSON, Jeremy. Causal Attribution as a Search for Underlying Mechanisms: An Explanation of the Conjunction Fallacy and the Discounting Principle. *Cognitive Psychology*, V. 31, N. 1, 1996, pp. 82-123.

ALBERTO DAL DOSSO, Dario. **Teoría de la imputación objetiva**. 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Universidad de Sevilla, 2011.

ALCÁCER GUIRAO, Rafael. **Actio libera in causa dolosa e imprudente**: la estructura temporal de la responsabilidad penal. Barcelona: Atelier, 2005.

ALFERILLO, Pascual E. La ‘mala fe’. *Vniversitas*, V. 122, 2011, pp. 441-482.

ALMEIDA, Nazareno Eduardo de. Os princípios de verdade no Livro IV da Metafísica de Aristóteles. *Princípios*, V. 15, N. 23, 2008, pp. 05-63.

ANDRÉS SANTOS, Francisco Javier. Roma y los juristas: El modelo romano en la jurisprudencia europea del siglo XIX. *Revista de Filología clásica*, N. 15, 2001.

ÁNGEL YÁGÜEZ, Miguel de. **Daños punitivos**. Madri: Thomson Civitas, 2012.

AQUINO, Pedro Lopes de. **Dolo eventual ou culpa consciente no homicídio por embriaguez no trânsito**. 2015. 64 f. Monografia (Grau de Bacharel em Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de (Org.). **Literatura & Tempo**: cem anos de encantamento. II CONALI – Congresso Nacional de Literatura – ANAIS. João Pessoa: Mídia, 2014.

ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho. **Tipicidade Penal**: Uma análise funcionalista. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

ARCE ARENALES, Manuel. **De Leguas y minutos**. São José da Costa Rica: Editores Alambique, 2004.

ARÊDES, Sirlene. **Responsabilização do Agente Público**: Individualização da sanção por ato de improbidade administrativa. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ARIAS EIBE, Manuel José. Funcionalismo pena moderado o teleológico-valorativo versus funcionalismo normativo o radical. *DOXA – Cuadernos de Filosofía del Derecho*, N. 29, 2006, pp. 439-453.

AVRITZER, Leonardo et al (Org.). **Corrupção**: Ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BACIGALUPO, Enrique. **Manual de Derecho penal**. Parte general. Bogotá: Temis, 1996.

BADAR, Mohamed Elewa. Mens rea - Mistake of Law & Mistake of Fact in German Criminal Law: A Survey for International Criminal Tribunals. *International Criminal Law Review*, V. 5, N. 2, 2005, pp. 203-246.

BADARÓ, Jennifer Cristina Ariadne Falk. **Elemento subjetivo do crime de lavagem de dinheiro no âmbito financeiro**. 2017. 278 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BAJO FERNÁNDEZ, Miguel. **La unidad del derecho sancionador**. Versão online. Disponível em: <<http://www.bajo-trallero.es/publicacion/024.pdf>>. Acesso em 27.02.2017.

BARATTA, Alessandro. **Criminología Crítica y Crítica del Derecho Penal**: Introducción a la sociología jurídico-penal. Tradução de Álvaro Bunster. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

BARBOSA, Ana Mafalda Castanheira Neves de Miranda. **Do Nexo de Causalidade ao Nexo de Imputação**: contributo para a compreensão da natureza binária e personalística do requisito causal ao nível da responsabilidade civil extracontratual. Cascais: Princípia, 2013.

BARBOSA, Laís Teixeira; SIQUEIRA NETO, José Francisco. Hermenêutica da Razoabilidade e da Proporcionalidade na *Common Law* e na *Civil Law*. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, V. 3, N. 2, 2011, pp. 227-244.

BARBOSA, Rafael Mello. Sobre o princípio de não-contradição: entre Parmênides e Aristóteles. *Anais de Filosofia Clássica*, V. 9, N. 17, 2015, pp. 13-25.

BARBOZA, Márcia Noll (Coord.). **Cem Perguntas e Resposta sobre Improbidade Administrativa**: Incidência e Aplicação da Lei nº 8.429/1992. 2ª Ed. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2013.

BARCIA L., Rodrigo. La asimilación de la culpa al dolo desde una perspectiva objetiva del Derecho de los contratos: primera parte. *Ius et Praxis*, V. 12, N. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-00122006000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18.01.2017.

BASTOS, Rosaura Moreira Brito. **Improbidade Administrativa**: Conteúdo Jurídico e Dimensão Constitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. **Bem Jurídico-Penal**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

BELING, Ernest Von. **Esquema de Derecho penal**: La doctrina del delito-tipo. Buenos Aires: Elo Foro, 2002.

BENFORADO, Adam. **Unfair**: The new science of criminal Injustice. New York: Crown Publishers, 2015.

BENTHAM, Jeremy. **Tratados de legislación civil y penal**. Tradução de Ramón Salas. Madri: Editora Nacional, 1981.

BETANCOR, Andrés (Dir.). **Corrupción, corrosión del Estado de Derecho**. Cizur Menor: Aranzadi, 2017.

BEZERRA FILHO, Aluízio. **Atos de Improbidade Administrativa**: Lei nº 8.429/92 Anotada e Comentada. 2ª Ed. Curitiba: Juruá, 2014.

BIASON, Rita de Cássia (Org.). **Temas de corrupção política**. São Paulo: Balão Editorial, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. V. 1, 12ª Ed., tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e Renzo Dini. Brasília: Editora UNB, 1999.

BORTOLUZZI, Marinês Dalla Valle. **O direito de intervenção e os crimes econômicos**. Disponível em: <<https://slidex.tips/download/o-direito-de-intervenao-e-os-crimes-economicos>>. Acesso em 02.03.2018.

BOSWELL, Nancy Zucker. Combating Corruption: Focus on Latin America. *Southwestern Journal of Law and Trade in the Americas*, V. 3, 1996, pp. 179-193.

BOTELHO, Ana Cristina Melo de Pontes. **Corrupção Política**: Uma Patologia Social. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BRANDÃO, Claudio. **Tipicidade penal**: dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático. Coimbra: Almedina, 2012.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, Ano II, N. 203, 11.03.1988.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, Suplemento “C”, 24.09.1987.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Brasília, 10.01.2002.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Brasília, 16.03.2015.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília, 07.12.1940.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05.10.1988.

BRASIL. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992 (Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969). Brasília, 09.11.1992.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro). Brasília, 04.09.1942.

BRASIL. Diário Oficial da União. Suplemento Especial ao N. 185 (Anteprojeto constitucional, elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais). Brasília, 26.09.1986.

BRASIL. Dossiê digitalizado de tramitação da Lei nº 8.429/92 no Congresso Nacional. Brasília, Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1141402&filename=Dossie+-PL+1446/1991>. Acesso em 14.02.2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato). Brasília, 04.06.2010.

BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências). Brasília, 18.05.1990.

BRASIL. Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 (Cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências). Brasília, 07.01.1994.

BRASIL. Lei nº 10.628, de 24 de dezembro de 2002 (Altera a redação do art. 84 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal). Brasília, 24.12.2002.

BRASIL. Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965 (Regula a ação popular). Brasília, 29.06.1965.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais). Brasília, 11.12.1990.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências). Brasília, 02.06.1992.

BRASIL. Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998 (Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal). Brasília, 25.11.1998.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: atualização – junho de 2016. Brasília, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em 04.03.2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial nº 419.769, decisão monocrática do Min. Herman Benjamin, publicada em 06.06.2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 80.466, da 1ª Turma, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 13.03.2018, DJE em 22.03.2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 38.755, da 2ª Turma, rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 07.05.2013, publicado em 23.05.2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 1.092.100, da 2ª Turma, rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 11.05.2010, publicado em 31.05.2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 260.821, da 1ª Seção, rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, julgado em 01.12.2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência em Teses, N. 40, 02.09.2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Reclamação nº 2.723/SP, da Corte Especial, rel.^a Min.^a Laurita Vaz, julgado em 15.10.2008, publicado em 06.04.2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.149.427, da 1ª Turma, rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17.08.2010, publicado em 09.09.2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.314.597, da 1ª Turma, rel. para acórdão Min. Bendito Gonçalves, julgado em 04.10.2016, DJE em 09.11.2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.582.022, decisão monocrática da Min.^a Assusete Magalhães, publicada em 20.11.2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.666.307, da 2ª Turma, rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 28.11.2017, publicado em 19.12.2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.685.214, da 2ª Turma, rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 21.11.2017, DJE em 19.12.2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.687.349, da 2ª Turma, rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 03.10.2017, DJE em 11.10.2017

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 287.728, da 2ª Turma, rel.^a Min.^a Eliana Calmon, julgado em 02.09.2004, publicado em 29.11.2004.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 601.935, da 2ª Turma, rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 12.12.2006, publicado em 08.02.2007.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 604.151, da 1ª Turma, rel. para acórdão Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 25.04.2006, publicado em 08.06.2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 626.034, da 2ª Turma, rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 28.03.2006, publicado em 05.06.2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 737.279, da 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, julgado em 13.05.2008, publicado em 21.05.2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 765.212, da 2ª Turma, rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 02.03.2010, publicado em 23.06.2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 879.040, da 1ª Turma, rel. Min. Luiz Fux, julgado em 21.10.2008, publicado em 13.11.2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ações Declaratórias de Constitucionalidade nº 29 e nº 30 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.578, do Tribunal Pleno, relator Min. Luiz Fux, julgadas em 16.02.2012, publicados em 29.06.2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2.792-2 e nº 2.860, do Tribunal Pleno, relator Min. Sepúlveda Pertence, julgadas em 15.09.2005, publicados em 19.12.2006.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Reclamação nº 2.138/DF, do Tribunal Pleno, relator Min. Gilmar Mendes, julgada em 13.06.2007, publicado em 18.04.2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 669.069, do Tribunal Pleno, relator Min. Teori Zavascki, julgado em 03.02.2016, publicado em 28.04.2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 736.351/SC, da 1ª Turma, Diário da Justiça Eletrônico nº 120, do Supremo Tribunal Federal, de 10.06.2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Apelação Cível nº 1.0471.03.013621-5/003, rel.^a Des.^a Maria Elza, julgado em 28.01.2010, publicado em 19.02.2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação Cível com Revisão nº 295.666-5/5-00, da 1ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Franklin Nogueira, julgado em 30.08.2005.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação Cível nº 0003222-55.2009.8.26.0197, da 8ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Manoel Ribeiro, julgado em 09.04.2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação Cível nº 0000015-58.2009.8.26.0420, da 3ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Camargo Pereira, julgado em 29.04.2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação Cível 0001081-89.2005.8.26.0363, da 5ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Nogueira Diefenthaler, julgado em 23.03.2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação Cível nº 1010937-59.2016.8.26.0077, da 1ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Marcos Pimentel Tamassia, julgado em 12.12.2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul. Apelação Cível nº 13506, da 5ª Turma Cível, rel. Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva, julgado em 06.05.2010, publicado em 10.05.2010.

BRICOLA, Franco. **Teoría general del delito**. Tradução de Diana Restrepo Rodríguez. Buenos Aires: B de F, 2012.

BRIOSCHI, Carlo Alberto. **Corruption: A Short History**. Tradução de Antony Shugaar. Washington: The Brookings Institution Press, 2017.

BROOKS, Robert C. Attempted Apologies for Political Corruption. *International Journal of Ethics*, V. 19, N. 3, 1909, pp. 297-320.

BROOKS, Robert. C. The Nature of Political Corruption. *Political Science Quarterly*, V. 24, N. 1, março 1909, pp. 1-22.

BROWN, Roger; KULIK, James. Flashbulb memories. *Cognition*, V. 5, N. 1, 1977, pp. 73-99.

BRUERA, Hugo Arnaldo; BRUERA, Matilde Marina. **Derecho Penal y garantías individuales**. Rosário: Juris, 2000.

BRUGMAN MERCADO, Harry. **Conceptualización del daño moral en el Derecho civil español, francés y puertorriqueño y su contraposición en el Derecho común norteamericano**. 2015. 608 f. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade de Valladolid, 2015.

BUENO, Cássio Scarpinella; PORTO FILHO, Pedro Paulo de Rezende (Coord.). **Improbidade Administrativa: Questões polêmicas e atuais**. São Paulo: Malheiros, 2001.

BUSATO, Paulo César (Coord.). **Dolo e Direito Penal: Modernas Tendências**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BUSATO, Paulo César (Org.). **Neurociência e Direito Penal**. São Paulo: Atlas, 2014.

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal: Parte Geral**. São Paulo: Atlas, 2013.

BUSTOS RAMÍREZ, Juan J.; HORMAZÁBAL MALARÉE, Hernán. **Lecciones de Derecho Penal: Fundamentos del sistema penal, esquema de la teoría del delito y del sujeto responsable y teoría de la determinación de la pena**. V. 1. Madrid: Trotta, 1997;

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **Dolo y lenguaje: Hacia una nueva gramática del dolo desde la filosofía del lenguaje**. Valência: Tirant Lo Blanch, 2017.

CAGLIARI, José Francisco. **O dolo e a culpa na evolução do conceito de culpabilidade**. 2002. 225 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

CALNAN, Alan. Ending the Punitive Damage Debate. *DePaul Law Review*, V. 45, 1995-1996, pp. 101-122.

CAMARGO, Antônio Luís Chaves. **Motivo, vontade, intenção, dolo**. 1986. 177 f. Tese (Livre-docência em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CAMARGO, Antônio Luís Chaves. **Tipo penal e linguagem**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CAMPOS ACUÑA, Concepción. **Compliance en la Administración Pública: dificultades y propuestas**. Granada: CEMCi, 2017.

CAMPOS MONGE, Christian. Contratación Pública y Corrupción: Un análisis particular de los principios rectores de la contratación administrativa. *Revista de Ciências Jurídicas*, N. 112, 2007, pp. 171-218.

CAMPOS, J. Edgardo; PRADHAN, Sanjay. **The Many Faces of Corruption: Tracking Vulnerabilities at the Sector Level**. Washington: The World Bank, 2007.

CANESTRARI, Stefano. **Dolo eventuale e colpa cosciente: ai confini tra dolo e colpa nella struttura delle tipologie delittuose**. Milão: Giuffrè, 1999.

CAPEZ, Fernando. **Limites constitucionais à lei de improbidade**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARBONNIER, Jean. **Derecho Civil**. Estudio Introductorio: Situaciones extracontractuales y dinámica de las obligaciones. T. 2, V. 3. Tradução da 1ª Ed. francesa por Manuel María Zorrilla Ruiz. Barcelona: Bosch, 1971.

CARDENAL MOTRAVETA, Sergi. **El tipo penal en Beling y los neokantianos**. 2002. 564 f. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Facultad de Derecho de la Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.

CARRASCO JIMÉNEZ, Edison. El concepto de “expansión” del Derecho penal puesto en cuestionamiento. Su relación conflictiva con el concepto de “inflación” penal. *Estudios penales y criminológicos*, V. 37, 2017, pp. 39-86.

CARVAJAL, Raúl. Large-Scale Corruption: Definition, Causes, and Cures. *Systemic Practice and Action Research*, V. 12, N. 4, 1999, pp. 335-353.

CARVALHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

CASADO CASADO, Belén. **El Derecho Sancionador Civil**: Consideraciones generales y supuestos. Málaga: Universidad de Málaga, 2009.

CASAS ARANDA, Rafael. Ética en la Función Pública. Especial referencia al ámbito local. *Aletheia, Cuadernos Críticos del Derecho*, N. 2, 2015, pp. 118-133.

CAVALCANTE, Eduardo Augusto Aires. **Relegitimando o ilegítimável**: Direito Penal, simbolismo e o ressurgir do punitivismo. 2011. 76 f. Monografia (Grau de Bacharel em Direito) – Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CEREZO MIR, José. Límites entre el Derecho penal y el Derecho administrativo. *Anuario de Derecho penal y ciencias penales*, V. 28, N. 2, 1975, pp. 159-175.

CÉSPEDES MUÑOZ, Carlos. **El daño ilícito**. 2015. 417 f. Tese (Doutorado em Novas Tendências em Direito Privado) – Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca, Salamanca, 2015.

CHANJAN DOCUMET, Rafael H. El correcto funcionamiento de la administración pública: fundamentos de incriminación de los delitos vinculados a la corrupción pública. *Revista Derecho Penal y Criminología*, V. 38, N. 104, 2017, pp. 121-150.

CHROUST, Anton-Hermann. Aristotle's Criticism of Plato's "Philosopher King". *Rheinisches Museum für Philologie*, V. 111, N. 1, 1968, pp. 16-22.

CHURCHILL, Randolph S. **Twenty-One Years**. Houghton: Mifflin, 1965.

CLERMONT, Kevin M. Death of Paradox: The Killer Logic Beneath the Standards of Proof. *Notre Dame Law Review*, V. 88, N. 3, 2013, pp. 1061-1138.

COCO, Antoni. The Mark of Cain. *Journal of International Criminal Justice*, V. 11, N. 2, 2013, pp. 425-440.

COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber: Sociologia**. 7ª Ed. São Paulo: Ática, 1999.

COLOMBO, Leonardo. **Culpa aquiliana: Cuasidelitos**. 3ª Ed. Buenos Aires: La Ley, 1965.

CONWAY, Andrew et al. Flashbulb memory for 11 September 2001. *Applied Cognitive Psychology*, V. 23, N. 5, 2009, pp. 605-623.

CORDERO QUINZACARA, Eduardo. El Derecho administrativo sancionador y su relación con el Derecho penal. *Revista de Derecho*, V. 25, N. 2, 2012, pp. 131-157.

CORREIA, Eduardo et al. **Direito Penal Econômico e Europeu: Textos Doutrinários**. Coimbra: Coimbra, 1998.

COSTA, Helena Regina Lobo da. **Direito Penal Econômico e Direito Administrativo Sancionador: ne bis in idem** como medida de política sancionadora integrada. 2013. 261 f. Tese (Livre Docência em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COUTINHO, Doris de Miranda. **O Ovo da Serpente**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

COUTINHO, Graziella Silveira. **Improbidade Administrativa e a Lei nº 8.429/92**. 2008. 43 f. Relatório apresentado na disciplina Direito Administrativo sem fronteiras (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas) - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2008.

CUETO PÉREZ, Miriam. Los principios de la potestad sancionadora de las Administraciones Públicas. Tipicidad y responsabilidad. *Documentación Administrativa*, N. 280-281, 2008, pp. 95-117.

CUNHA, Isabela Ferin; SERRANO, Estrela. **Cobertura jornalística da corrupção política**: sistemas políticos, sistemas midiáticos, enquadramentos legais. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Cobertura-jornalistica-da-corrupcao-politica-sistemas-politicos-sistemas-mediaticos-e-enquadramentos-legais.pdf>>. Acesso em 29.04.2018.

CUNHA, Paulo Manuel dos Santos Coelho de Sá e. **Ilicitude, dolo, negligência e culpa em Direito Civil**: Sobre a aplicabilidade da concepção de ilícito pessoal à imputação subjectiva em Direito Civil. 1991. 33 f. Relatório apresentado à Cadeira de Direito Civil (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1992.

DAL PIZZOL, Ricardo. **As funções punitiva e preventiva da responsabilidade civil**. 2016. 353 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DAVID, Pedro R. **Criminología y sociedad**. Buenos Aires: Pensamiento Jurídico, 1979.

DAVIES, Brian; EVANS, G. R. **Anselm of Canterbury**: The Major Works. Oxford: Oxford University Press, 1998.

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Improbidade Administrativa**. 2ª Ed. São Paulo: Dialética, 2014.

DELGADO, José Augusto. Improbidade Administrativa: algumas controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais sobre a Lei de Improbidade Administrativa. *Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva*, V. 14, N. 1, 2002, pp. 21-42.

DELLA PORTA, Donatella. Political parties and corruption: Ten hypotheses on five vicious circles. *Crime, Law and Social Change*, V. 42, 2004, pp. 35-60.

DEMETRIO CRESPO, Eduardo; GONZÁLEZ-CUÉLLAR SERRANO, Nicolás (Dir.). **Halcones y Palomas**: corrupción y delincuencia económica. Madri: Castillo de Luna Ediciones Jurídicas, 2015.

DEMURO, Gian Paolo. **Il Dolo**: Svolgimento storico del concetto. Vol. 1. Milão: Giuffrè, 2007.

DESCAMPS, Olivier. **Les origines de la responsabilité pour faute personnelle dans le Code Civil de 1804**. Paris: LGDJ, 2005.

DEVLIN, Patrick. **The Enforcement of Morals**. Indianapolis: Liberty Fund, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Discrecionalidade administrativa na Constituição de 1988**. São Paulo: Atlas, 1991.

DÍAZ ARANDA, Enrique. **Dolo**: causalismo, finalismo, funcionalismo y la reforma penal en México. Cidade do México: Porrúa, 2000.

DÍAZ FRAILE, Francisco. **Derecho penal y Derecho administrativo sancionador: Garantías y límites en la jurisprudencia del TEDH**. Valência: Tirant lo Blanch, 2015.

DÍAZ PITA, María del Mar. **El dolo eventual**. Valência: Tirant Lo Blanch, 1994.

DOBEL, John Patrick. The Corruption of a State. *The American Political Science Review*, V. 72, N. 3, 1978, pp. 958-973.

DRIPPS, Donald. The Exclusivity of the Criminal Law: Toward a Regulatory Model of, or Pathological Perspective on, the Civil-Criminal Distinction. *Journal of Contemporary Law Issues*, V. 7, 1999, pp. 199-221.

DWORKIN, Ronald. Lord Devlin and the Enforcement of Morals. *Yale Law Journal*, V. 75, N. 6, pp. 986-1005.

ECCEL, Daiane. Hannah Arendt, uma leitora crítica de Platão. *Archai*, N. 8, 2012, pp. 27-37.

ECO, Umberto. **The Name of the Rose**. Tradução de William Weaver. Boston: Mariner Books, 2014.

ELLIS JR., Dorsey D. Fairness and Efficiency in the Law of Punitive Damages. *California Law Review*, V. 56, N. 1, 1982-1983, pp. 1-78.

ESPAÑA. Tribunal Constitucional de España, Pleno, Sentencia 76/1990, julgado em 26 de abril de 1990.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **The Constitution of the United States of America As Amended**: Unratified Amendments, Analytical Index. Washington: United States Government Printing Office, 2007.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Court of Appeals of the 8th Circuit. *United States v. Shapleigh*, 54 F. 126, 1893.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Supreme Court. *Hicks v. Feiock*, 485 U.S. 624, 636-37, 1988.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Supreme Court. *Kennedy v. Mendoza-Martinez*, 372 U.S. 144, 1963.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Supreme Court. *United States v. Chateau*, 102 U.S. 603, 1880.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Supreme Court. *United States v. Boyd*, 116 U.S. 616, 1886.

EUSEBI, Luciano. Formula di Frank e dolo eventuale in cass., S.U., aprile 2014 (Thyssenkrupp). *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, A. LVIII, I. 2, pp. 623-645.

EVANS, Melbourne G. Causality and Explanation in the Logic of Aristotle. *Philosophy and Phenomenological Research*, V. 19, N. 4, 1959, pp. 466-485.

EVERETT, Jeff; NEU, Dean; RAHAMAN, Abu Shiraz. The Global Fight against Corruption: A Foucaultian, Virtues-Ethics Framing. *Journal of Business Ethics*, N. 65, 2006, pp. 1-12.

FABRE, Jean-Marc; CAVERNI, Jean Paul. Causality Does Influence Conjunctive Probability Judgments If Context and Design Allow for It. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, V. 63, N. 1, 1995, pp. 1-5.

FACCHINI, Maria Iraneide Olinda Santoro. Improbidade e dolo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. *Boletim Científico ESMPU*, V. 10, N. 36, 2011, pp. 53-65.

FAKHOURI GÓMEZ, Yamila. Teoría del dolo vs. teoría de la culpabilidad: Un modelo para afrontar la problemática del error en Derecho penal. *InDret*, N. 4, 2009, pp. 1-29.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. 3ª Ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA COSTA, José Francisco de. **Tentativa e dolo eventual**: ou da relevância da negação em Direito Penal. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Improbidade Administrativa**: Doutrina, Legislação e Jurisprudência. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FEIJÓO SÁNCHEZ, Bernardo José. **El Dolo eventual**. Bogotá: Centro de Investigación en Filosofía y Derecho, Universidad Externado de Colombia, 2002.

FEIJÓO SÁNCHEZ, Bernardo. La teoría de la ignorancia deliberada en Derecho penal: una peligrosa doctrina jurisprudencial. *InDret*, N. 3, 2015, pp. 1-28.

FELIX CIFREDO CANEL. Cf. CIFREDO CANCEL, Félix A. La intención y los otros elementos subjetivos del injusto penal en los sistemas anglosajón y civilista: hacia una teoría unitaria. *Revista Jurídica Universidad de Puerto Rico*, V. 63, 1994, p. 39-88.

FERNÁNDEZ AJENJO, José Antonio. **El control de las administraciones públicas y la lucha contra la corrupción**: Especial referencia al Tribunal de Cuentas y a la Intervención General de la Administración del Estado. Cizur Menor: Aranzadi, 2011.

FERNÁNDEZ UBIÑA, José. Poder y corrupción en el episcopado hispano del siglo IV. *Studia historica*, N. 24, 2006, pp. 161-184.

FERRAJOLI, Luigi. **Derecho y razón**: Teoría del garantismo penal. Tradução de Perfecto Andrés Ibáñez, Alfonso Ruiz Miguel, Juan Carlos Bayón Mohino, Juan Terradillos Basoco, Rocío Cantarero Bandrés. Madri: Editorial Trotta, 1995.

FERRAZ, Luciano. **Dano in re ipsa, sem lei, novo tipo de improbidade administrativa**. 04.05.2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-mai-04/interesse-publico-dano-in-re-ipsa-cria-tipo-improbidade-administrativa>>. Acesso em: 01.05.2018.

FERREIRA, Letícia Oliveira Catani; GERAIGE NETO, Zaiden. Moral comum e administrativa: convergências e divergências teóricas. *Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública*, V. 3, N. 1, 2017, pp. 23-40.

FERREIRA, Marcelo Ramos Peregrino. **O controle de convencionalidade da Lei da Ficha Limpa: direitos políticos e inelegibilidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

FIGUEIREDO, Isabela Giglio. **Improbidade Administrativa: Dolo e Culpa**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

FIGUEIREDO, Marcelo. **Probidade Administrativa: Comentários à Lei 8.429/92**. São Paulo: Malheiros, 2009.

FLEINER, Fritz. **Les principes généraux du Droit Administratif allemand**. Tradução de Charles Eisenmann. Paris: Librairie Delagrave, 1933.

FLEISCHER, David et al. **Reforma Política: Agora vai?** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Cadernos Adenauer IV, N. 2, 2005.

FLETCHER, George. **Gramática del Derecho Penal**. Tradução de Francisco Muñoz Conde. Buenos Aires: Hammurabi, 2008.

FLORES, Giovana Mazete; PIGNATARI, Nínive Daniela Guimarães. A influência manifesta do pan-principiologismo no direito contemporâneo. *Revista Unifev: Ciência & Tecnologia*, V. 3, 2017, pp. 52-69.

FONTÁN BALESTRA, Carlos. **El elemento subjetivo del delito**. Buenos Aires: Depalma, 1957.

FORD, Henry Jones. Municipal Corruption. *Political Science Quarterly*, V. 19, N. 4, 1904, pp. 673-686.

FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza (Org.). **Doutrinas Essenciais: Direito Penal**. V. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza (Org.). **Doutrinas Essenciais: Direito Penal**. V. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FREITAS, Juarez. **O controle dos atos administrativos e os direitos fundamentais**. 3ªed. São Paulo: Malheiros: 2004.

FRISCH, Wolfgang. Franz Von Liszt: Obra e influencia. *InDret*, N. 2, 2017.

FURTADO, Lucas Rocha. **As raízes da corrupção no Brasil**: Estudo de casos e lições para o futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

GARCÍA AMADO, Juan Antonio. Sobre el ius puniendi: su fundamento, sus manifestaciones y sus límites. *Documentación Administrativa*, N. 280-281, janeiro-agosto 2008, pp. 11-42.

GARCÍA CAVERO, Percy. La imputación subjetiva y el proceso penal. *Derecho Penal y Criminología*, V. 26, N. 78, 2005, pp. 125-136.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo; FERNÁNDEZ, Tomás Ramón. **Curso de Derecho Administrativo**. Madrid: Thomson/Civitas y La Ley, 2005.

GARCÍA, Eloy. Istorie Fiorentine de Maquiavelo: una primera definición moderna de corrupción. *Quaderns d'Italià*, N. 15, 2010, pp. 117-126.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade Administrativa**. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GARCIA, Mônica Nicida. **O combate à corrupção pelo Ministério Público por meio das ações de improbidade**. Discurso realizado na Reunião de Procuradores ocorrida em Roma durante a comemoração de 10 anos da Convenção da OCDE sobre Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, em 20 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr5/noticias-1/eventos/docs-convencoes-internacionais/discursoreuniaoroma.pdf>>. Acesso em 03.03.2018.

GARCIA-GONZÁLES, Jorge. **The OAS and the fight against corruption in the Americas**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/corruption/ethics/2731127.pdf>>. Acesso em 01.02.2018.

GARCÍA-RIPOLL MONTIJANO, Martín. La antijuridicidad como requisito de la responsabilidad civil. *Anuario de Derecho Civil*, V. 66, N. 4, 2013, pp. 1503-1604.

GAUER, Gustavo; GOMES, William Barbosa. Recordação de Eventos Pessoais: Memória Autobiográfica, Consciência e Julgamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, V. 24, N. 4, 2008, pp. 507-514.

GELARDI, Michele. **Il Dolo specifico**. Pádova: Cedam, 1996.

GÉNAUX, Maryvonne. Social sciences and the evolving concept of corruption. *Crime, Law & Social Change*, V. 42, 2004, pp. 13-24.

GERMANO, Geandrei Stefanelli. **Punitive Damages nas relações de consumo**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GIACOMUZZI, José Guilherme. **A moralidade administrativa e a boa-fé da Administração Pública**: o conteúdo dogmático da moralidade administrativa. São Paulo: Malheiros, 2002.

GIMBERNAT ORDEIB et al (Ed.). **Dogmática del Derecho penal material y procesal y política criminal contemporáneas**. Tomo I. Homenaje a Bernd Schünemann por su 70 aniversario. Lima: Gaceta Jurídica, 2014.

GLENN, Patrick. **Legal Traditions of the World**. 5ª Ed. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GOLDSCHMIDT, James. **Derecho, Derecho penal y proceso**. I – Problemas fundamentales del Derecho. Trad. Miguel Ángel Cano Paños et al. Madri: Marcial Pons, 2010.

GOLDSTEIN, Abraham S. White-Collar Crime and Civil Sanctions. *Yale Law Journal*, V. 101, 1991-1992, pp. 1895-1899.

GOMES, Luiz Flávio. Sistemas penales comparados: Brasil. *Revista Penal*, N. 9, 2002, pp. 171-174.

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHI, Alice. **O direito penal na era da globalização**. São Paulo: RT, 2002.

GOMES, Orlando. **Responsabilidade Civil**. BRITO, Edvaldo (Atualizador). Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GÓMEZ DE LA TORRE, Ignacio Berdugo; BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva (Coord.). **Estudios sobre la corrupción**: una reflexión hispano brasileña. Salamanca: Centro de Estudios Brasileños – Universidad de Salamanca, 2013.

GÓMEZ PAVAJEAU, Carlos Arturo. Dolo y mala fe. *Revista Derecho Penal y Criminología*, V. 31, N. 91, 2010, pp. 41-63.

GÓMEZ PAVEJAU, Carlos Arturo. Injusto y culpabilidad en los grandes filósofos griegos. *Revista Derecho Penal y Criminología*, V. 31, N. 91, 2010, pp. 41-63.

GÓMEZ TOMILLO, Manuel (Dir.); JAVATO MARTÍN, Antonio; TAPIA BALLESTEROS, Patricia (Coord.). **Límites entre el Derecho sancionador y el Derecho privado**: Daños punitivos, comiso y responsabilidad patrimonial derivada de infracciones administrativas. Valladolid: Lex Nova, 2012.

GÓMEZ TOMILLO, Manuel. Punitive Damages: A European Criminal Law Approach. State Sanctions and the System of Guarantees. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 2013, Vol.19(3), pp.215-244.

GÓMEZ TOMILLO, Manuel; SANZ RUBIALES, Iñigo. **Derecho Administrativo Sancionador**: Parte General. 2ª ed. Navarra: Aranzadi/Thomson Reuters, 2010.

GÓMEZ-TRELLES, Javier Sánchez-Vera. Nuevas tendencias normativistas en el concepto y la prueba del dolo. *Derecho Penal y Criminología*, V. 26, N. 79, Universidad Externado de Colombia, 2005, pp. 99-112.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GONÇALVES, Luís Cláudio Aguiar; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Hermenêutica e efeitos-sentido: a Lei da “Ficha Limpa” em face da Presunção de Inocência. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, V. 8, N. 3, 2016, pp. 353-365.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. **Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral**. 2ª Ed. Atlas, São Paulo, 2015.

GONZÁLES SOLANO, Gustavo. El dolo y su prueba desde la perspectiva de la ciencia cognoscitiva. *Revista de Ciencias Jurídicas*, N. 114, 2007, pp. 31-78.

GONZÁLEZ LAGIER, Daniel. La prueba de la intención y la explicación de la acción. *Isegoría*, N. 35, 2006, pp. 173-192.

GONZÁLEZ PORRAS, José Manuel; MÉNDEZ GONZÁLEZ, Fernando (Coord.). **Libro Homenaje al profesor Manuel Albaladejo García**. T. 1. Murcia: Colegio de Registradores de la Propiedad y Mercantes de España, 2004.

GORDON, Walter. Strict Legal Liability, Upper Class Criminality, And The Model Penal Code. *Howard Law Journal*, V. 26, 1983, pp. 781-797.

GRACIA MARTÍN, Luis. La serie “infracción-culpabilidad-sanción” desencadenada por individuos libres como síntesis jurídica indisoluble derivada de la idea y del concepto *a priori* del derecho. *Revista Electrónica de Derecho Penal y Criminología*, N. 18-18, 2016, pp. 1-131.

GRANGER, Clive W. J. Testing for Causality: A personal viewpoint. *Journal of Economic Dynamic and Control*, V. 2, N. 4, pp. 329-352.

GRAYCAR, Adam; SMITH, Russell G. (Ed.). **Handbook of Global Research and Practice in Corruption**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

GREEN, Stuart. **Lying, Cheating, and Stealing: A Moral Theory of White-Collar Crime**. New York: Oxford University Press, 2006.

GRESTA, Roberta Maia. Dever de fundamentação no modelo decisório *seriatim*: sobre acordos parcialmente teorizados e desacordos quase completamente não teorizados. *Revista de Argumentação e Hermenêutica Jurídica*, V. 1, N. 2, 2015, pp. 1-26.

GRESTA, Roberta Maia. **Segurança jurídica**: o edifício de ponta-cabeça arquitetado na exposição de motivos do projeto do novo Código Civil. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=eecca5b6365d9607>>. Acesso em 13.02.2018.

GRÓCIO, Hugo. **The Rights of War and Peace**. Livro I. Tradução de Jean Barbeyrac. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.

HALL, Lynn. Crossing the Line between Rough Remedial Justice and Prohibited Punishment: Civil Penalty Violates the Double Jeopardy Clause. *Washington Law Review*, V. 65, 1990, pp. 437-456.

HARGER, Marcelo. **Improbidade Administrativa**: Comentários à Lei nº 8.429/92. São Paulo: Atlas, 2015.

HART, Herbert Lionel Adolphus. **Law, Liberty, and Morality**. Stanford: Stanford University Press, 1963.

HART, Herbert Lionel Adolphus. **Punishment and Responsibility**: Essays in the Philosophy of Law. 2ª Ed. New York: Oxford University Press, 2008.

HART, Herbert Lionel Adolphus; HONORÉ, Tony. **Causation in the Law**. 2ª Ed. Oxford: Oxford University Press, 1985.

HASSEMER, Winfried. **Direito Penal Libertário**. Tradução de Regina Grev. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

HASSEMER, Winfried. Neurociencias y culpabilidad en Derecho penal. **InDret**, N. 2, 2011, pp. 1-14.

HASSEMER, Winfried. **Persona, Mundo y Responsabilidad**: Bases para una teoría de la imputación en derecho penal. Santa Fé de Bogotá: Temis, 1999.

HASSEMER, Winfried. Perspectivas de uma moderna política criminal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, N. 8, 1994.

HASSEMER, Winfried. **Por qué no debe suprimirse el Derecho Penal**. Tradução de Miguel Ontiveros Alonso. Cidade do México: INACIPE, 2003.

HASSEMER, Winfried. **Três temas de direito penal**. Porto Alegre: Escola Superior do Ministério Público, 1993.

HAURIOU, Maurice. **Obra Escogida**. Tradução de Juan A. Santamaría Pastor e Santiago Muñoz Machado. Madri: Instituto de Estudios Administrativos, 1976.

HAURIOU, Maurice. **Précis de Droit Constitutionnel**. 12ª Ed. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1929.

HAYASHI, Felipe Eduardo Hideo. **Corrupção: Combate Transnacional, Compliance e Investigação Criminal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

HEAD, John Warren. **Great Legal Traditions: Civil Law, Common law, and Chinese Law in Historical and Operational Perspective**. Durham: Carolina Academic Press, 2011.

HEFENDEL, Roland (Ed.). La teoría del bien jurídico: ¿Fundamento de legitimación de Derecho penal o juego de abalorios dogmático? Madri: Marcial Pons, 2007.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEIDENHEIMER, Arnold J. Disjunctions between corruption and democracy? A qualitative exploration. *Crime, Law & Social Change*, V. 42, 2004, pp. 99-109.

HEINEN, Juliano. **Comentário à Lei Anticorrupção: Lei nº 12.846/2013**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

HILDEBRANDT, Mireille. Justice and Police: Regulatory Offences and the Criminal Law. *New Criminal Law Review*, V. 12, N. 1, 2009, pp. 43-68.

HIRSCH, Hans Joachim. Acerca de la crítica al “finalismo”. *Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales*, V. 58, N. 1, 2005, pp. 5-28.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLMES JR., Oliver Wendell. The Path of the Law. *Harvard Law Review*, V. 10, N. 8, 1897, pp. 457-478.

HORMAZABAL MALARÉE, Hernán. **Bien jurídico y Estado social y democrático de Derecho: el objeto protegido por la norma penal**. 2ª Ed. Santiago: ConoSur, 1992.

HORTA, Frederico. **Elementos normativos das leis penais e conteúdo intelectual do dolo**: Da natureza do erro sobre o dever extrapenal em branco. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

HRUSCHKA, Joaachim. **Imputación y Derecho Penal**: Estudios sobre la teoría de la imputación. Cizur Menor: Editorial Aranzadi, 2005.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. V. 1. T. II. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

HUNTINGTON, Samuel P. **Political Order in Changing Societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.

HUSAK, Douglas N.; CALLENDER, Craig A. Wilful Ignorance, Knowledge, and the Equal Culpability Thesis: A Study of the Deeper Significance of the Principle of Legality. *Wisconsin Law Review*, V. 1994, 1994, pp. 29-69.

IAVAZZO, Christos. Conception, complicated pregnancy, and labour of gods and heroes in Greek mythology. *Ethics, Bioscience and Life*, V. 3, N. 2, 2008, pp. 11-14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Educação e Deslocamento – resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ITÁLIA. Corte di Cassazione. Sez. II, nº 3615, Jolly Mediterraneo, julgado em 30 de janeiro de 2006.

IYENGAR, Shanto; PETERS, Mark; KINDER, Donald. Experimental Demonstrations of the ‘Not-So-Minimal’ Consequences of Television News Programs. *The American Political Science Review*, V. 76, N. 4, 1998, pp. 848-858.

JAKOBI, Steven R. “Little Monkeys on the Grass...” - How People for and Against Evolution Fail to Understand the Theory of Evolution. *Evolution: Education and Outreach*, V. 214, N. 3, 2010, pp. 416-419.

JAKOBS, Günther. **Derecho penal del enemigo**. 2ª Ed. Tradução de Manuel Cancio Meliá. Cizur Menor: Civitas, 2006.

JAKOBS, Günther. **Derecho Penal**. Parte General: Fundamentos y teoría de la imputación. 2ª Ed. Tradução de Joaquin Cuello Contreras e Jose Luis Serrano Gonzales de Murillo. Madri: Marcial Pons, 1997.

JAKOBS, Günther. **Dogmática de derecho penal y la configuración normativa de la sociedad**. Tradução do Capítulo IV de Javier Sánchez-Vera Gómez-Trelles. Madri: Thomson Civitas, 2004.

JAKOBS, Günther. Dolus malus. *InDret*, N. 4, 2009, pp. 1-23.

JAKOBS, Günther. **Estudios de Derecho penal**. Tradução de Enrique Peñaranda Ramos, Carlos J. Suárez González e Manuel Cancio Meliá. Madri: UAM, 1997.

JAKOBS, Günther. **Sobre la normativización de la dogmática jurídico-penal**. Tradução de Cancio Meliá e Bernardo Feijóo Sánchez. Madri: Cuadernos Civitas, 2003.

JAKOBS, Günther. **Sociedad, norma y persona en una teoría de un Derecho penal funcional**. Tradução de Manuel Cancio Meliá e Bernardo Feijóo Sánchez. Madri: Civitas, 1996.

JAKOBS, Günther; POLAINO NAVARRETE, Miguel; POLAINO-ORTS, Miguel. **Bien jurídico, vigencia de la norma y daño social**. Lima: Ara, 2010.

JALES, Túlio de Medeiros. Falsos distanciamentos e reais diferenças entre *Common Law* e *Civil Law*. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, A. 11, V. 18, N. 1, 2017, pp. 377-402.

JAREÑO LEAL, Ángeles; DOVAL PAIS, Antonio (Dir.). **Corrupción pública, prueba y delito**: cuestiones de libertad e intimidad. Cizur Menor: Aranzadi, 2015.

JENNINGS, Marianne M.; Lowe, D. Jordan; RECKERS, Philip. Causality as an influence on hindsight bias: An empirical examination of judges' evaluation of professional audit judgment. *Journal of Accounting and Public Policy*, V. 21, 1998, pp. 143-167.

JESCHECK, Hans-Heinrich; WEIGEND, Thomas. **Tratado de Derecho Penal**: Parte General. Tradução de Miguel Olmedo Cardenete. 5ª Ed. Granada: Comares, 2002.

JUNIOR, Armelim. **Questões de Responsabilidade Moral e Jurídica**: responsabilidade civil e responsabilidade criminal. Duas theses propostas ao segundo Congresso Internacional d'Anthropologia Criminal. Lisboa: Typographia Universal, 1890.

jurisprudencial do STF e valores constitucionais atuais. *RBDE: Revista Brasileira de Direito Eleitoral*, V. 2, N. 2, 2010.

JURUENA, Cynthia Gruendling; LEAL, Rogério Gesta. Interloquções necessárias entre moralidade administrativa e probidade administrativa. *Barbarói*, Ed. Especial, N. 42, 2014, pp. 268-287.

KAHNEMAN, Daniel. **Thinking Fast and Slow**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2013.

KANT, Immanuel. **Lecciones de Ética**. Tradução de Roberto Rodríguez Aramayo e Concha Roldán Panadero. Barcelona: Crítica, 1988.

KELSEN, Hans. **Teoría General del Derecho y del Estado**. 2ª Ed. Cidade do México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1995.

KINDHÄUSER, Urs. Presupuestos de la corrupción punible en el Estado, la economía y la sociedad. Los delitos de corrupción en el Código penal alemán. *Política criminal*, N. 3, 2007, pp. 1-18.

KLITGAARD, Robert. Contra la corrupción. *Finanzas & Desarrollo*, V. 37, N. 2, 2000, pp. 2-5.

KLITGAARD, Robert. **Controlling Corruption**. Berkeley: University of California Press, 1988.

KLITGAARD, Robert. What can be done? *Trends in Organized Crime*, V. 2, N. 4, 1997, pp. 12-15.

KOENIG, Thomas H. Crimtort: A cure for hardening of the categories. *Widener Law Journal*, V. 17, 2007-2008, pp. 733-781.

KOZIOL, Helmut; WILCOX, Vanessa (Ed.). **Punitive Damages**: common law and civil law perspectives. New York: Springer, 2009.

KRAUSE MUÑOZ, María Soledad. **Hacia un sistema unitario de responsabilidades y deberes de responder**. 2011. 351 f. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Facultad de Derecho, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2011.

KRAUSE MUÑOZ, María Soledad. **Responsabilidad**: lo unitario en los sistemas civil y penal. Santiago: Thomson Reuters – La Ley, 2015.

KROEZE, Ronald; VITÓRIA, André; GELTNER, Guy (Ed.). **Anticorruption in History: From Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KRUSSEWSKI, Cristina. **Direito Administrativo Sancionador**: apontamentos gerais sobre as infrações administrativas e alguns aspectos de sua relação com o direito penal. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

KUMAR, C. RAJ. Corruption and Human Rights: Promoting Transparency in Governance and the Fundamental Right to Corruption-Free Service in India. *Columbia Journal of Asian Law*, V. 17, N. 1, 2003, pp. 31-72.

LACRUZ BERDEJO, José Luis. **Elementos de Derecho Civil**: Derecho de obligaciones. Contratos y cuasicontratos. Delitos y cuasidelitos. T. 2, V. 2. Madri: Dykinson, 1999.

LAKOFF, Goerge. **Women, Fire, and Dangerous Things**. Chicago: Chicago University Press, 1987.

LAUFER, Daniel (Coord.). **Corrupção**: Uma Perspectiva entre as Diversas Áreas do Direito. Curitiba: Juruá, 2013.

LAURENZO COPELLO, Patricia. **Dolo y conocimiento**. Valência: Tirant Lo Blanch, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEFF, Nathaniel. Economic Development Through Bureaucratic Corruption. *The American Behavioral Scientist*, V. 8, N. 3, 1964, pp. 8-14.

LEMBO, Cláudio (Coord.); CAGGIANO, Monica Herman Salem. **Reforma Política**: Um Mito Inacabado. Barueri: Manole, 2017.

LESCH, Heiko Hartmut. **Injusto y culpabilidad en derecho penal**. Trad. Ramón Ragués. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2001.

LESSA, Sebastião José. **Improbidade Administrativa**: Doutrina e Jurisprudência. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

LESSIG, Lawrence. **Republic, Lost**. How Money Corrupts Congress – and a Plan to Stop it. New York: Hachette Book Group, 2012.

LEYS, Colin. What is the Problem about Corruption? *The Journal of Modern African Studies*, V. 3, N. 2, 1965, pp. 215-230.

LIMBERGER, Têmis. **Atos da Administração Lesivos ao Patrimônio Público**: Os Princípios Constitucionais da Legalidade e Moralidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. New York: Macmillan, 1922.

LIVIANU, Roberto. **Corrupção**: Incluindo a nova Lei Anticorrupção. 2ª Ed. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

LO DICO, Mauro. Seize the Day's Eye: The Odes of Horace & Henry James's 'Daisy Miller'. *International Journal of the Classic Tradition*, V. 22, N. 1, pp. 76-99.

LOMBORG, Bjørn (Ed.). **Global Crises, Global Solutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos; COSTA, Eduardo José da Fonseca; COSTA, Guilherme Racena (Coord.). **Improbidade Administrativa**: Aspectos Processuais da Lei nº 8.429/92. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LUZÓN DOMINGO, Manuel. **Tratado de la culpabilidad y de la culpa penal**. Con especial referencia a los delitos de imprudencia. Barcelona: Hispano-Europea, 1980.

LUZÓN PEÑA, Diego-Manuel. Libertad, culpabilidad y neurociencias. *InDret*, N. 3, 2012, pp. 1-59.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. **Sociedade do risco e direito penal**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

MAHNER, Martin; BUNGE, Mario. Function and Functionalism: A Synthetic Perspective. *Philosophy of Science*, V. 68, N. 1, 2001, pp. 75-94.

MAIA FILHO, Napoleão Nunes. **Erro grosseiro**. Diário do Nordeste, Opinião, 27.07.2014. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/opinioao/erro-grosseiro-1.1066428>>. Acesso em 01.05.2018.

MAIWALD, Manfred. **Conocimiento del ilícito y dolo en el derecho penal tributario**. Tradução de Marcelo Sancinetti. Buenos Aires: AD-HOC, 1997.

MALET VÁZQUEZ, Mariana. La corrupción: un problema de siempre y los medios de hoy para enfrentarla. *Revista de la Facultad de Derecho – UDELAR*, N. 11, setembro 2015, pp. 117-144.

MALLOR, Jane; ROBERTS, Barry. Punitive Damages: Toward a Principled Approach. *Hastings Law Journal*, V. 50, 1998-1999, pp. 969-999.

MANALICH RAFFO, Juan Pablo. Bases para una teoría comparativa del hecho punible. *Revista Jurídica Universidad de Puerto Rico*, V. 75, 2006, pp. 1-103.

MANN, Kenneth. Punitive Civil Sanctions: The Middleground between Criminal and Civil Law. *Yale Law Journal*, V. 101, 1992, pp. 1795-1873.

MAÑALICH, Juan Pablo. El principio *ne bis in idem* frente a la superposición del derecho penal y el derecho administrativo sancionatorio. *Política Criminal*, V. 9, N. 18, 2014, pp. 543-563.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. **Proibição Administrativa**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS, Rodrigo. **O Processo Decisório na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: a Escolha do Sistema de Governo**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MATA BARRANCO, Norberto J. de la. El funcionario público ante el Derecho penal. *Revista Jurídica de Castilla y León*, N. 20, 2010, pp. 13-78.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. **Inquérito Civil e Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa**: Limites da Instauração. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MAURO, Paolo. Corruption and Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, V. 110, N. 3, Agosto 1995, pp. 681-712.

MAZIARZ, Mariusz. A review of the Granger-causality fallacy. *The Journal of Philosophical Economics*, V. 8, N. 2, 2015, pp. 86-105.

MAZLOUM, Saad. **Corrupção**: O impressionante poder do dinheiro sobre a razão. São Paulo: ed. pelo autor, 2003.

MEDEIROS, Sérgio Monteiro. Prescrição da ação de Improbidade contra militar. *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*, V. 10, N. 36, Edição Especial, 2011, pp. 347-376.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 34^a ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELENDOS PARDOS, Mariano. **El concepto material de culpabilidad y el principio de inexigibilidad**. Sobre el nacimiento y evolución de las concepciones normativas. Granada: Comares, 2002.

MENCKEN, Henry Louis. **Prejudices**: Second Series. Londres: Jonathan Cape, 1921.

MERKL, Adolf. **Teoría General del Derecho Administrativo**. Cidade do México: Ed. Nacional, 1980.

MERLANO SIERRA, Javier Enrique. La identidad sustancial entre el delito y la infracción administrativa. *Revista de Derecho - Barranquilla*, N. 30, 2008, pp. 347-348 pp. 341-360.

MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/probity>>. Acesso em 01.02.2018.

MERRYMAN, John Henry. **The Civil Law Tradition**: An Introduction to the Legal Systems of Europe and Latin America. 3ª Ed. Stanford: Stanford University Press, 2007.

MERTON, Robert K. **On the Shoulder of Giants**: A Shandean Postscript. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

MEURKENS, Lotte; NORDIN, Emily (Ed.). **The Power of Punitive Damages**: is Europe missing out? Cambridge: Intersentia, 2012.

MEZGER, Edmund. **Derecho Penal**. Libro de estudio. Parte General. Tradução da 6ª Ed. alemã de Conrado Finzi. Buenos Aires: Editorial Bibliografica Argentina, 1958.

MICHAELS, Ralf. The Functional Method of Comparative Law. *Duke Law School Faculty Scholarship Series*, Paper 26, 2005, pp. 1-48.

MIGUEL CARBONELL. CARBONELL, Miguel. **Transparencia, ética pública y combate a la corrupción**: Una mirada constitucional. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.

MILL, John Stuart. **On Liberty**. Ontário: Batoche Books, 2001.

MIR PUIG, Santiago. **Derecho Penal**: parte general. 10ª Ed. Barcelona: Editorial Rippertor, 2016.

MIR PUIG, Santiago. **El Derecho penal en el Estado social y democrático de derecho**. Barcelona: Editorial Ariel, 1994.

MIR PUIG, Santiago. **Introducción a las bases del Derecho penal**: Concepto y método. 2ª Ed. Buenos Aires: B de F, 2003.

MIR PUIG, Santiago. Límites del normativismo en Derecho penal. *Revista electrónica de ciencia penal y criminología*, N. 18-7, 2005, pp. 1-24.

MIR PUIG, Santiago; QUERALT JIMÉNEZ, Joan J.; ALCÁCER GUIRAO, Rafael (Coord.). **Constitución y Principios del Derecho Penal**: Algunas bases constitucionales. Valência: Tirant Lo Blanch, 2012.

MLODINOW, Leonard. **Subliminar**: Como o inconsciente influencia nossas vidas. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOLINA FERNÁNDEZ, Fernando. **Antijuridicidad penal y sistema del delito**. Barcelona: José María Bosch Editor, 2001.

MOMMSEN, Theodor. **Derecho Penal romano**. Tradução de Pedro Dorado Montero. Santa Fé de Bogotá: Temis, 1999

MOORE, Alfred. **Critical Elitism**: Deliberation, Democracy, and the Problem of Expertise. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. **Direito Penal do Inimigo**: a terceira velocidade do direito penal. Curitiba: Juruá, 2008.

MOSKOS, Peter. **In Defense of Flogging**. New York: Basic Books, 2011.

MUKAI, Toshio. A fantasmagórica ameaça das ações de improbidade administrativa. *BDA: Boletim de Direito Administrativo*, V. 16, N. 3, 2000, pp. 191-192.

MUÑOZ ARANGUREN, Arturo. La influencia de los sesgos cognitivos en las decisiones jurisdiccionales: el factor humano. Una aproximación. *InDret*, N. 2, 2011, pp. 1-39.

MUÑOZ CONDE, Francisco. **Introducción al Derecho penal**. 2ª Ed. Buenos Aires: B de F, 2001.

NEISSER, Fernando Gaspar. **Crimes eleitorais e controle material da propaganda eleitoral**: necessidade e utilidade da criminalização da mentira na política. 2014. 276 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NEISSER, Fernando Gaspar; SYDOW, Spencer Toth. **Cegueira deliberada só pode ser aplicada se preencher oito requisitos**. 14.06.2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-14/opinioao-aplicacao-cegueira-deliberada-requer-oito-requisitos>>. Acesso em 06.05.2018.

NEISSER, Ulric. The ecological study of memory. *Philosophical transactions - Royal Society*, V. 352, N. 1362, 1997, pp. 1697-1701.

NETO, Eurico Bitencourt. **Improbidade Administrativa e Violação de Princípios**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

NEWTON, Isaac. **Carta de Sir Isaac Newton a Robert Hooke**. Datada de 05.02.1676. Disponível em: <http://digitallibrary.hsp.org/index.php/Detail/Object/Show/object_id/9285>. Acesso em 28.02.2018.

NIETO MARTÍN, Adán. ¿Americanización o europeización del Derecho Penal económico? *Revista Penal*, V. 19, 2007, pp. 120-136.

NIETO MARTÍN, Adán; MAROTO CALATAYUD, Manuel (Dir.). **Public Compliance: Prevención de la corrupción em administraciones públicas y partidos políticos**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2014.

NIETO, Alejandro. **Derecho Administrativo Sancionador**. Madrid: Tecnos, 1993.

NUNN, Robin. Mere anecdote: evidence and stories in medicine. *Journal of Evaluation in Clinical Practice*, V. 17, N. 5, 2011, pp. 920-926.

O SUPREMO erra de novo. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05.03.2018, Editorial, disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-supremo-erra-de-novo,70002213516>>. Acesso em 05.03.2018.

OHANA, Daniel. Administrative Penalties in the Rechtsstaat: On the Emergence of the Ordnungswidrigkeit Sanctioning System in Post-War Germany. *University of Toronto Law Journal*, V. 64, 2014, pp. 243-290.

OLIVEIRA NETO, Valmir Chaves de. O pan-principiologismo no Direito Administrativo Brasileiro, o caso da legalidade: o embate entre a lei e a segurança jurídica. *Revista do CEPEJ*, N. 16, 2015, pp. 483-503.

OLIVEIRA, Alice Quintela Lopes. **A expansão penal e o direito de intervenção**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/alice_quintela_lopes_oliveira.pdf>. Acesso em 02.03.2018.

OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos de. **Direito de Intervenção e Direito Administrativo Sancionador**: o pensamento de Hassemer e o Direito Penal Brasileiro. 2012. 256 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Evandro Carlos de. **Multa no Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Fontes de informações sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1987**: quais são, onde buscá-las e como usá-las. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.

OLKEN, Benjamin. Corruption perceptions vs. Corruption reality. *Journal of Public Economics*, V. 93, N. 7, 2009, pp. 950-964.

ORELLANA VARGAS, Patricio. Participación, Transparencia y Probidad. Estado, *Gobierno, Gestión Pública*, N. 5, 2003, pp. 49-58.

ORELLANA VARGAS, Patricio. Probidad y corrupción en Chile. El punto de quiebre. *Polis Revista Latinoamericana*, N. 8, 2004, pp. 1-39.

ORZARI, Octávio Augusto da Silva. **A inelegibilidade como consequência do delito**. 2016. 310 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OSÓRIO, Fábio Medina. **Direito Administrativo Sancionador**. 2ª Ed. São Paulo: RT, 2005.

OSÓRIO, Fábio Medina. **Teoria da improbidade administrativa**: má gestão pública, corrupção, ineficiência. 3ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OSRECKI, Frank. A Short History of the Sociology of Corruption: The Demise of Counter-Intuitivity and the Rise of Numerical Comparisons. *American Sociologist*, V. 48, N. 1, 2017, pp. 103-125.

OSSANDÓN WIDOW, María Magdalena. El delito de receptación aduanera y la normativización del dolo. *Ius et Praxis*, V. 14, N. 1, 2008, pp. 49-85.

OXMAN, Nicolás. **Sistemas de imputación subjetiva en derecho penal**: el modelo angloamericano. Valência: Tirant Lo Blanch, 2016.

PALAZZO, Francesco. Direito Penal e Sociedade Tecnológica: Princípios em Risco e Reformas Esperadas. *Fascículos de Ciências Penais*, V. 6, N. 1, 1993, p. 36-46.

PAPAYANNIS, Diego M. (Coord.). **Causalidad y atribución de responsabilidad**. Madri: Marcial Pons, 2014.

PARDO, Michael S.; PATTERSON, Dennis. Fundamentos filosóficos del Derecho y la neurociencia. *InDret*, N. 2, 2011, pp. 1-51.

PAREJO GUZMÁN, María José. **El vicio de la voluntad denominado dolo en el Derecho civil español y en el Derecho canónico**. Valência: Tirant lo Blanch, 2002.

PATRÍCIO, Rui Filipe Serra Serrão. **O dolo enquanto elemento do tipo penal (no direito português actual)**: questão-de-facto ou questão-de-direito? Lisboa: OAP, 1998.

PAZZAGLINI FILHO, Marino; ROSA, Márcio Elias; FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Improbidade Administrativa**: Aspectos Jurídicos da Defesa do Patrimônio Público. São Paulo: Atlas, 1997.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**: de acordo com a Constituição de 1988. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PEREIRA, Flavia Goulart. Os crimes econômicos na sociedade de risco. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, N. 51, 2004, pp. 105-131.

PEREIRA, Flávio Henrique Unes. **Improbidade administrativa e o dolo genérico**. 11.08.2015. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/improbidade-administrativa-e-o-dolo-generico-11082015>>. Acesso em 01.05.2018.

PEREIRA, Rui Carlos. **O dolo de perigo**: contribuição para a dogmática da imputação subjectiva nos crimes de perigo concreto. Lisboa: Lex, 1995.

PÉREZ BARBERÁ, Gabriel. **El dolo eventual**: hacia el abandono de la idea de dolo como estado mental. Buenos Aires: Hammurabi, 2011.

PÉREZ MANZANO, Mercedes. Fundamento y fines del Derecho penal. Una revisión a la luz de las aportaciones de la neurociencia. *InDret*, N. 2, 2011, pp. 1-39.

PICOTTI, Lorenzo. **El Dolo específico**: un'indagine sugli "elementi finalistici" delle fattispecie penali. Milão: Giuffrè, 1993.

PIERRE-GUILLAUME, Méon; WEILL, Laurent. Is Corruption an Efficient Grease? *World Development*, V. 38, N. 3, 2010, pp. 244-259.

PONCE DE LEÓN, Luis Díez-Picazo Y. Culpa y riesgo en la responsabilidad civil extracontractual. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid*, N. 4, 2000, pp. 153-166.

PONCE DE LEÓN, Luis Díez-Picazo Y. **Fundamentos de Derecho civil patrimonial**. Volumen I (Introducción, Teoría del contrato, Las relaciones obligatorias). Madrid: Tecnos, 1970.

PORTER, Gregory Y. Uncivil Punishment: The Supreme Court's Ongoing Struggle with Constitutional Limits on Punitive Civil Sanctions. *Southern California Review*, V. 70, N. 2, 1997, pp. 517-589.

POSNER, Richard A. Common-Law Economic Torts: An Economic and Legal Analysis. *Arizona Law Review*, V. 48, 2006, pp. 735-747.

POSNER, Richard A.; LANDES, William M. The Positive Economic Theory of Tort Law. *Georgia Law Review*, V. 15, 1980, pp. 851-921;

PRADO, Francisco Octávio Almeida Prado. **Improbidade Administrativa**. São Paulo: Malheiros, 2001.

PRATS ALBENTOSA, Lorenzo; TOMÁS MARTÍNEZ, Gema (Coord.). **Culpa y responsabilidad**. Cizur Menor: Aranzadi, 2017.

PUFENDORF, Samuel. **Elementorum Jurisprudentiae Universalis Libri Duo**. Tradução de William Abbott Oldfather. Oxford: Clarendon Press, 1931.

PUJALS, Sandra. Negocio redondo: padrinaje, corrupción y movilidad social en la Rusia revolucionaria. *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, N. 10, 2008, pp. 97-117.

PUPPE, Ingeborg. **A distinção entre Dolo e Culpa**. Barueri: Manole, 2004.

PUPPE, Ingeborg. **El Derecho penal como ciencia: Método, teoría del delito, tipicidad y justificación**. Buenos Aires: B de F, 2014.

QUERALT JIMÉNEZ, Joan; SANTANA VEGA, Dulce M. (Dir.). **Corrupción pública y privada en el Estado de Derecho**. Valência: Tirant lo Blanch, 2017, pp. 101-116.

QUINTANO RIPOLLÉS, Antonio. Diferenciación entre la culpa civil y la culpa criminal. *Anuario de Derecho Civil*, V. 10, N. 4, 1957, pp. 1039-1056.

RAGUÉS I VALLÈS, Ramon. **El dolo y su prueba en el proceso penal**. Barcelona: J. M. Bosch Editor, 1999.

RAGUÉS I VALLÈS, Ramon. **La ignorancia deliberada en Derecho penal**. Barcelona: Atelier, 2007.

RAMÍREZ TORRADO, María Lourdes. Consideraciones de la Corte Constitucional acerca del principio de culpabilidad en el ámbito sancionador administrativo. *Revista de Derecho – Universidad del Norte*, N. 29, 2008, pp. 153-177.

RAMÍREZ TORRADO, María Lourdes. El *non bis in idem* en el ámbito administrativo sancionador. *Revista de Derecho – Barranquilla*, N. 40, 2013, pp. 1-29.

REALE, Giovanni. **Metafísica de Aristóteles**. Vol. 1. 3ª Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

REBELO, Joana Raquel Pires. **As Contra-ordenações Administrativas em face das novas tendências do Direito Administrativo** – a ERSE como caso de estudo. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito Administrativo) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

REBOLLO PUIG, Manuel el al. Panorama del derecho administrativo sancionador en España: Los derechos y las garantías de los ciudadanos. *Estudios Socio-Jurídicos*, V. 7, N. 1, pp. 23-74.

REGLERO CAMPOS, Luis Fernando. **Tratado de Responsabilidad Civil**. T. 1. 4ª Ed. Madri: Thomson-Aranzadi, 2008.

REUPKE, Erika Giovanini. **Natureza jurídica da ação de improbidade quanto aos agentes políticos.** Disponível em:

<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/74495/natureza_juridica_acao_reupke.pdf>.

Acesso em 03.03.2018.

RIBÓ DURÁN, Luis (Coord.). **Derecho de daños:** ponencias y coloquios en la Jornada sobre Derecho de daños celebrada en Barcelona el 12 de diciembre de 1991. Barcelona: Bosch, 1992.

RIPERT, Georges. **La règle morale dans les obligations civiles.** 4ª Ed. Paris: LGDJ, 1949.

RIZZARDO, Arnaldo. **Ação Civil Pública e Ação de Improbidade Administrativa.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ROBBINS, Ira P. The Ostrich Instruction: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, V. 81, N. 2, 1990, pp. 191-234.

ROBINETTE, Christopher J. Can there be a unified theory of torts? A pluralist suggestion from history and doctrine. *Brandeis Law Journal*, V. 43, 2004-2005, pp. 369-413.

ROBLES PANAS, Ricardo. **Garantes y cómplices:** La intervención por omisión y en los delitos especiales. Barcelona: Atelier, 2007.

ROCHA, Ronan. **A Relação de Causalidade no Direito Penal.** Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

RODOTÀ, Stefano. **Il problema della responsabilità civile.** Milão: Giuffrè, 1965.

RODRIGUES, Vinicius Gonçalves. **Eficácia da sentença penal absolutória e condenatória no juízo cível.** Disponível em:

<<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1053/1%20R%20MP%20Eficacia%20-%20Vinicius.pdf?sequence=1>>. Acesso em 05.03.2018.

RODRÍGUEZ GARCÍA, Nicolás; RODRÍGUEZ LÓPEZ, Fernando (Coord.). **Corrupción y desarrollo.** Valência: Tirant lo Blanch, 2017.

RODRÍGUEZ MONTAÑÉS, Teresa. **Dolo de peligro, dolo e imprudencia.** Madri: Centro de Estudios Judiciales, Ministerio de Justicia, 1994.

RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, Carlos-María. Hacia una teoría general de la potestad administrativa sancionadora: soluciones en el Derecho alemán. *Gabilex*, N. 7, 2016, pp. 201-232.

RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel. **Livre Arbítrio e Direito Penal**: Revisão frente aos aportes da neurociência e à evolução dogmática. 2014. 321 f. Tese (Livre Docência em Direito Público – área Direito Penal) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

ROSE-ACKERMAN, Susan. The Economics of Corruption. *Journal of Public Economics*, N. 4, 1975, pp. 187-203.

ROSEN-ZVI, Issachar; FISHER, Talia. Overcoming Procedural Boundaries. *Virginia Law Review*, V. 94, 2008, pp. 79-155.

ROXIN, Claus. **Derecho Penal**: Parte General. Tomo I. Fundamentos. La Estructura de la Teoría del Delito. Tradução da 2ª Ed. alemã de Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madri: Civitas, 1997.

ROXIN, Claus. **Derecho Penal**: Parte General. Tomo II. Especiales formas de aparición del delito. Tradução da 1ª Ed. alemã por Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo, José Manuel Paredes Castañon e Javier Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 2014.

ROXIN, Claus. **La evolución de la Política criminal, el Derecho penal y el Proceso penal**. Valência: Tirant Lo Blanch, 2000.

ROXIN, Claus. **Política criminal y sistema del derecho penal**. Tradução de Francisco Muñoz Conde. 2ª Ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2000.

ROXIN, Claus. **Problemas básicos del derecho penal**. Tradução de Diego-Manuel Luzón Peña. Madrid: Reus, 1976.

ROXIN, Claus. **Reflexiones sobre la problemática de la imputación en el Derecho Penal**. Tradução de Diego-Manuel Luzón Peña. Madri: Reus, 1976.

RUGGIERO, Rosa Anna. Cracking Down on Corporate Crime in Italy. *Washington University Global Studies Law Review*, V. 15, N. 3, 2016, pp. 403-445.

RUIZ-RICO RUIZ, José Manuel; MORENO-TORRES HERRERA, María Luisa (Coord.). **Conceptos básicos de Derecho civil**. Valência: Tirant Lo Blanch, 2005.

SALINAS, Henrique. **Os limites objectivos do ne bis in idem e a Estrutura Acusatória no Processo Penal Português**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.

SALVADOR CODERCH, Pablo; FERNÁNDEZ CRENDE, Antonio. Causalidad y responsabilidad. *InDret*, N. 1, 2006, pp. 1-25.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo (Coord.). **Comentários à Lei das Contravenções Penais**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Finalidades da pena, conceito material de delito e sistema penal integral**. 2008. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Tipicidade Penal e Sociedade de Risco**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; NEISSER, Fernando Gaspar. Lei da Ficha Limpa e Direito Penal: a corrosão dos princípios da legalidade e da presunção de inocência. *Boletim IBCCRIM*, A. 20, N. 233, 2012, pp. 3-4.

SÁNCHEZ-OSTIZ, Pablo. **Imputación y teoría del delito**: La doctrina kantiana de la imputación y su recepción en el pensamiento jurídico-penal contemporáneo. Buenos Aires: B de F, 2008.

SANTOLAYA, Pablo; REVENGA SÁNCHEZ, Miguel. **Nacionalidad, extranjería y derecho de sufragio**. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007.

SASA, Kenji; INCECIK, Atilla. Numerical simulation of anchored ship motions due to wave and wind forces for enhanced safety in offshore harbor refuge. *Ocean Engineering*, V. 44, 2012, pp. 68-78.

SATO, Toshiki. Functionalism: Its axiomatics. *Sociopedia.isa*, 2011, p. 1-12.

SAURO, Tassi. **Il Dolo**. Pádova: CEDAM, 1992.

SAYRE, Frances Bowes. *Mens Rea*. *Harvard Law Review*, V. 45, N. 6, 1932, pp. 974-1026.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Los dos problemas fundamentales de la ética**. Madri: Siglo XXI, 1993.

SCHREIBER, Anderson. **Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil**: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SCOCCIA, Danny. In Defense of “Pure” Moralism. *Criminal Law and Philosophy*, V. 7, 2013, pp. 513-530.

SCOTCHMER, Suzanne. Standing on the Shoulders of Giants: Cumulative Research and the Patent Law. *Journal of Economic Perspectives*, V. 5, N. 1, 1991, pp. 29-41.

SERPA, Pedro Ricardo e. **Indenização punitiva**. 2011. 386 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SHAKESPEARE, William. **Romeu e Julieta**. Tradução de Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Crimes de trânsito: responsabilidade objetiva, dolo eventual e culpa consciente. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, V. 14, N. 59, 2006, pp. 346-373.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Estudos de Direito Penal**. São Paulo: Método, 2007.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein o el moderno Prometeo**. Buenos Aires: Libros en Red, 2004.

SHOHAM, Shlomo. **The Mark of Cain**: The Stigma Theory of Crime and Social Deviation. Dobs Ferry: Oceana Publications, 1970.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María (Ed.). **Política criminal y nuevo Derecho Penal**: Libro Homenaje a Claus Roxin. Barcelona: José María Bosch Editor, 1997.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **La expansión del Derecho penal**: Aspectos de la política criminal en las sociedades posindustriales. 3ª Ed. Buenos Aires: B de F, 2011.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **Normas y acciones en Derecho penal**. Buenos Aires: Hammurabi, 2003.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. Retos científicos e retos políticos de la ciencia del Derecho penal. *Revista de Derecho penal y criminología*, 2ª Época, N. 9, 2002, pp. 83-101.

SILVA, Débora Letícia Torres da. **A expansão do elemento subjetivo no tipo penal de lavagem de ativos com a edição da Lei 12.683/2012**. 2017. 53 f. Monografia (Grau de Bacharel em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVA, William de Quadros da. **Um estudo teórico-prático do dolo eventual à luz da teoria finalista da ação**. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_2/william_silva.pdf>. Acesso em 24.02.2018.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. A aplicação da teoria da cegueira deliberada nos julgamentos da Operação Lava Jato. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, V. 122, 2016, pp. 255-280.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. A teoria do delito e o enigma do dolo eventual: considerações sobre a aparente nova resposta italiana. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, V. 121, 2016, pp. 223-250.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Direito Penal Empresarial: A omissão do empresário como crime**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Direito Penal Supra-individual: Interesses Difusos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. **Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SIMÃO, Calil. **Improbidade Administrativa: Teoria e Prática**. 3ª Ed. Leme: J. H. Mizuno, 2017.

SMITH, Steven D. The Constitution in The Cave. *McGeorge Law Review*, V. 30, 1998, pp. 97-104.

SOUSA, Daniel Brod Rodrigues de. **O tipo-de-ilícito dos crimes omissivos impróprios no Direito Penal brasileiro**: contributo à sua conformação e delimitação. 2017. 486 f. Tese (Doutorado em Ciências Criminais) – Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOUSA, Matheus Herren Falivene. **Estruturação linguística dos tipos penais**. 2014. 376 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUZA FILHO, Marcos José Nogueira de. Moralidade administrativa, extra-administrativa e comum: uma distinção necessária. *Revista Controle: Doutrina e Artigos*, V. 13, N. 2, 2015, pp. 145-162.

SOUZA, Luciano Anderson de. **Direito Penal Econômico**: Fundamentos, Limites e Alternativas. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

STANCU, Oana; VARONA, Daniel. ¿Punitivismo también judicial?: Un estudio a partir de las condenas penales por homicidio en España (2000-2013). *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, N. 19-12, 2017, pp. 1-33.

STEIKER, Carol. Punishment and Procedure: Punishment Theory and the Criminal-Civil Procedural Divide. *Georgetown Law Journal*, V. 85, 1997, pp. 775-820.

STRAPAZZON, Carlos Luiz. Presunção de não culpabilidade em matéria político eleitoral: evolução

STRECK, Lênio Luiz. Do pamprincipiologismo à concepção hipossuficiente de princípio: Dilemas da crise do direito. *Revista de Informação Legislativa*, V. 49, N. 194, 2012, pp. 7-21.

STRECK, Lênio Luiz. **O pan-principiologismo e o sorriso do lagarto**. Consultor Jurídico, 22.03.2012. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2012-mar-22/senso-incomum-pan-principiologismo-sorriso-lagarto>>. Acesso em 13.02.2018.

SUAY RINCÓN, José. La potestad sancionadora de la administración y sus exigencias actuales: un estudio preliminar. *Documentación Administrativa*, N. 280, 2008, pp. 43-64.

SUAY RINCÓN, José. **Sanciones Administrativas**. Madrid: Real Colegio de España, 1989.

SUNSTEIN, Cass R. et al. **Punitive Damages: How Juries Decide**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

SYDOW, Spencer Toth. **A teoria da cegueira deliberada aplicada aos crimes informáticos**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SZABARI, Antonia. Rabelais Parrhesiastes: The Rhetoric of Insult and Rabelais's Cynical Mask. *MLN*, V. 120, N. 1, 2005, pp. S84-S123.

TADROS, Victor. **Criminal Responsibility**. New York: Oxford University Press, 2005.

TALEB, Nassim Nicholas. **The Black Swan: The Impact of the Highly Improbable**. 2ª Ed. New York: Random House, 2010.

TEIXIDOR, Duvi. En torno a la imputación subjetiva de comportamiento. *Revista de la Facultad de Derecho – UDELAR*, N. 30, j 2011, pp. 291-307.

THE AMERICAN LAW INSTITUTE. **Model Penal Code: Official Draft and Explanatory Notes**. Filadélfia: The American Law Institute, 1985.

THEOBALD, Robin. So what really is the problem about corruption? *Third World Quarterly*, V. 20, N. 3, 1999, pp. 491-502.

THOMASIIUS, Christian. **Fundamentos de Derecho natural y de gentes**. Madrid: Tecnos, 1994.

TOEPEL, Friedrich. The Fault Element in the History of German Criminal Theory: With Some General Conclusions for the Rules of Imputation in a Legal System. *Criminal Law and Philosophy*, V. 6, N. 2, 2012, pp. 167-186.

TOMÁS DE AQUINO, São. **Summa Theologica**. V. 1. Tradução dos Fathers of the English Dominican Province. Notre Dame: Christian Classics, 1948.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Availability: A heuristic for judging frequency and probability. *Cognitive Psychology*, V. 5, N. 2. 1973, pp. 207-323.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgement Under Uncertainty: Heuristics and Biases. *Science*, New Series, V. 185, N. 4157, 1974, pp. 1124-1131.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Rational Choice and the Framing of Decisions. *The Journal of Business*, V. 59, N. 4, 1986, pp. S251-S278.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. The framing of decisions and the psychology of choice. *Science*, V. 211, 1981, pp. 453-458.

ULEN, Thomas S. Law's Order: What Economics Has to Do with Law and Why It Matters. *Santa Clara Law Review*, V. 41, 2001, pp. 643-659.

UNDERKUFFLER, Laura S. **Captured by Evil: The Idea of Corruption in Law**. New Haven: Yale University Press, 2013.

UNIÃO EUROPEIA. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. Roma, 4 de novembro de 1950.

UNIÃO EUROPEIA. Corte Europeia de Direitos Humanos. Caso Öztürk v. Alemanha. Petição nº 8.544/79. Julgado em 21.04.1984.

USLANER, Eric M. **Corruption, Inequality and the Rule of Law**. New York: Cambridge University Press, 2008.

VACCARI, Fernanda Cláudia Araújo da Silva; NOBRE, Maria Eliana Pereira. Diferenciação entre moralidade em sentido lato e moralidade administrativa e sua relação com os atos de improbidade administrativa. *Revista Controle: Doutrina e Artigos*, V. 6, N. 1, 2006, pp. 81-83.

VACCHELLI, Ezequiel. En los límites del rol: El problema de los conocimientos especiales en los funcionarios públicos. *InDret*, N. 4, 2017, pp. 1-41.

VAN NIFTERIK, Gustaaf. Grotius and the Origin of the Ruler's Right to Punish. *Grotiana*, 26-28 (2005-2007), pp. 396-415.

VANNUCCI, Alberto. Three paradigms for the analysis of corruption. *Labour & Law Issues*, V. 1, N. 2, 2015, pp. 2-31.

VARELA, Lorena. **Dolo y error**: Una propuesta para una imputación auténticamente subjetiva. Barcelona: J. M. Bosch, 2016.

VARELA, Lorena. **Norma e imputación en el conocimiento del tipo**. 2015. 803 f. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, 2015.

VARELA, Lorena. Strict-liability como forma de imputación jurídico-penal. *InDret*, N. 3, 2012, pp. 1-25.

VÉLEZ VÉLEZ, Hernán. ¿Diversas concepciones sobre la configuración de la responsabilidad civil?, ¿cuáles concepciones sobre la configuración de la responsabilidad civil diferentes a la de “hecho ilícito – causalidad – daño” se presentan en el Derecho Privado? *Revista de La Facultad de Derecho y Ciencias Política – UPB*, V. 46, N. 125, 2016, pp. 411-441.

VÉLEZ VÉLEZ, Hernán. La responsabilidad jurídica: aproximación al concepto, relación con otros conceptos jurídicos fundamentales y su funcionamiento. *Revista de La Facultad de Derecho y Ciencias Política – UPB*, V. 45, N. 122, 2015, pp. 127-151.

VIDAL RAMÍREZ, Fernando. La Responsabilidad Civil. *Revista Derecho – PUCP*, V. 54, 2001, pp. 389-399.

VON ALEMANN, Ulrich. The unknown depths of political theory: The case for a multidimensional concept of corruption. *Crime, Law and Social Change*, V. 42, 2004, pp. 25-34.

VON HIRSCH, Andrew et al (Org.). **Límites al derecho penal**: principios operativos en la fundamentación del castigo. Barcelona: Atelier, 2012.

VON LISZT, Franz. **Tratado de Derecho Penal**. Tomo I. 3ª Ed. Tradução da 18ª Ed. alemã de Quintiliano Saldaña. Madri: Instituto Editorial Reus, [19--?].

VON LISZT, Franz. **Tratado de Derecho Penal**. Tomo II. 3ª Ed. Tradução da 20ª Ed. alemã de Quintiliano Saldaña. Madri: Instituto Editorial Reus, [19--?].

WAICK, Fernanda Aime Lamp. **O princípio da moralidade administrativa e a Lei de Improbidade Administrativa.** Disponível em:

<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2009_1/fernanda_waick.pdf>. Acesso em 13.02.2018.

WEBBER, Suelen da Silva. O panprincipiologismo como propulsor da arbitrariedade judicial e impossibilitador da concretização de direitos fundamentais. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, V. 13, N. 13, 2013, pp. 305-324.

WELZEL, Hans. **Derecho Penal: Parte General.** Tradução de Carlos Fontán Balestra. Buenos Aires: Roque de Palma, 1956.

WILKING, Pamela A. The Mark of Cain: Disenfranchised felons and the constitutional no man's land. *Syracuse Law Review*, V. 56, 2005-2005, pp. 85-124.

WILSON, James G. Surveying the Forms of Doctrine on the Bright Line-Balancing Test Continuum. *Arizona State Law Journal*, V. 27, N. 3, 1995, pp. 773-843.

WINOGRAD, Eugene; NEISSER, Ulric (Eds.). **Affect and Accuracy in Recall: Studies of 'Flashbulb' Memories.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WRIGHT, Peter. Criminal Punishment Without Civil Rights: The Criminal Proceeds and Instruments Bill's Punitive Civil Sanctions. *Wellington Law Review*, Victoria University, V. 37, 2006, pp. 623-642.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Tratado de Derecho Penal: Parte General.** Tomo III. Buenos Aires: EDIAR, 1981.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral.** 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

ZIELINSKI, Diethart. **Dolo e imprudencia:** comentario a los §§ 15 y 16 del Código Penal alemán. Buenos Aires: Hammurabi, 2003.

ZILIO, Rodrigo López. **Crimes Eleitorais.** JusPodivm, Salvador, 2014.

ZINGANO, Marco (Org.). **Sobre a Metafísica de Aristóteles:** textos selecionados. São Paulo: Odisseus, 2005.